



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4<sup>th</sup> MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 33 - Nº 644 - DE 8 A 22 DE AGOSTO DE 2021 - R\$ 4,00

## Unificar as campanhas salariais metalúrgicas

Convocar as assembleias gerais presenciais  
Aprovar uma pauta de reivindicações unificada  
Constituir um comando unificado  
Formar comitês de base

**Preparar a greve metalúrgica**

**GOVERNO BOLSONARO SE ISOLA, PERDENDO APOIO DE UMA FRAÇÃO DO GRANDE CAPITAL**

**Organizar a luta nacional sobre a base de uma Carta de Reivindicações dos explorados**

Convocar imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios

Derrubar a privatização dos Correios, pondo em pé um movimento de defesa das estatais, sob o controle operário

**CAMPANHA DO POR**

**81 anos do assassinato de Leon Trotsky**

(20 de agosto de 1940 - 20 de agosto de 2021)

**Nossa tarefa: reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional**



# **O cerco se fecha em torno a Bolsonaro**

## **Organizar a luta dos explorados por um programa próprio**

O País caminha para 600 mil mortes causadas pela Pandemia. A vacinação continua lenta. Os governantes procuram convencer a população de que a imunização avança, e caminha para o controle da contaminação, apesar da ameaçadora variante Delta do Covid-19. A política burguesa do isolamento social afundou de vez. A classe operária, os demais assalariados e trabalhadores informais estão na labuta do dia-a-dia. Apenas as escolas e universidades não voltaram à normalidade.

As manifestações contra o governo Bolsonaro, iniciadas em 29 de maio, demonstraram a gravidade da política passiva, que perdurou um ano e três meses, promovida pelas direções sindicais e políticas. Neste período de desmobilização dos sindicatos e movimentos, 7 milhões perderam os empregos, milhares de fábricas e negócios foram fechados, caiu a massa salarial, e avançaram a pobreza, miséria e fome.

É nessas condições sociais que o governo Bolsonaro foi desmoronando, de crise em crise. E, ao mesmo tempo, houve um realinhamento da oposição burguesa. Bolsonaro não tem como se reestruturar, por mais que atraia as aves de rapina do Centrão. Seu destino político passou a depender das consequências da Pandemia e da retração das forças produtivas. Uma fração importante do grande capital já não admite a hipótese de um novo mandato para o presidente, que se mostrou incapaz de encabeçar um “pacto nacional” de resposta à Pandemia, sobretudo. Em março, um grupo de empresários e financistas lançou uma carta, exigindo uma mudança de diretriz governamental. Agora, recorreram a um manifesto contra as injúrias de Bolsonaro ao Judiciário, e a ameaça de golpe, caso as eleições de outubro de 2022 não sejam realizadas por meio do voto impresso.

O problema para a maioria dos capitalistas e seus porta-vozes está em como garantir a substituição de um governo burguês por outro, de modo a reequilibrar as suas forças políticas, a garantir a lucratividade de seus negócios, e manter o descontentamento dos explorados nos trilhos da conciliação de classes, muito bem implantado com a participação decisiva do PT e, mais amplamente, da burocracia sindical.

A frente que sustenta a “Campanha Nacional do Fora Bolsonaro e Impeachment” rompeu a passividade, no momento em que se evidenciou claramente a ruptura na base empresarial de sustentação do presidente, a ampliação da frente oposicionista no Congresso Nacional, e o agravamento do conflito entre o Executivo e o Judiciário. A CPI da Pandemia e as manifestações do “Fora Bolsonaro” intensificaram as pressões sobre a camarilha bolsonarista, em cujo centro estão os generais das Forças Armadas.

As ameaças do ministro da Defesa, general Braga Netto, à CPI, e o aviso emitido ao presidente da Câmara, Arthur Lira, para que promovesse a substituição das urnas eletrônicas pelo voto impresso, desta vez, escancarou os perigos dos militares à estabilidade política. O grupo empresarial que passou à oposição sabe que uma aventura golpista pode provocar uma situação convulsiva, em que a classe operária se levante e rompa a camisa de força da política de colaboração de classes. Por

enquanto, não há como se livrar da candidatura de Lula, e impedir a volta do PT como protagonista da governabilidade.

Bolsonaro, assim, se tornou um obstáculo para a estruturação de uma candidatura, capaz de unir as principais frações da burguesia, e contar com o apoio do imperialismo. A pior variante é a da polarização entre Bolsonaro e Lula, como se configura neste momento. Se um impeachment pode ser muito traumático, um impedimento do presidente montado a partir do crime de responsabilidade poderia ser um último recurso. É o que se discute, diante da queixa-crime aceita pelo STF. Parece que está bem definido que o PT e aliados não podem permanecer com o monopólio da campanha “Fora Bolsonaro”. Caso contrário, as águas continuarão a mover o moinho petista em direção à candidatura de Lula.

A derrota do governo, na comissão especial da Câmara, que deu parecer contrário ao Projeto de Lei que modifica as regras eleitorais, o Manifesto do grupo empresarial e a aceitação da queixa-crime armam um cerco oposicionista a Bolsonaro, muito mais amplo que o movimento encabeçado pelo PT, e que objetiva dissolver a polarização eleitoral prevista. As manobras dos governistas de recriar o ministério do Trabalho e fortalecer os laços com o Centrão parecem tardias. Nada indica que seja possível a essa altura estancar a crise política, que tem por horizonte as eleições.

Em meio a esses embates entre governo e oposição, a Câmara dos Deputados aprovou a privatização dos Correios, que passa a depender da confirmação do Senado. Poucos dias antes, havia sido aprovada a PL da grilagem de terras. Nessa mesma ofensiva, Bolsonaro conseguiu a privatização da Eletrobrás. A política pró-imperialista de desestatização não encontrou nenhuma resistência séria da oposição reformista. Foram vitórias do governo antinacional e antipopular contra os trabalhadores dos Correios e da Eletrobrás; e vitória dos latifundiários contra os camponeses e indígenas.

A arregimentação dos explorados por detrás dos conflitos e disputas interburguesas é o grande problema, do ponto de vista das necessidades da maioria oprimida, e da independência de classe do proletariado. É obrigatório rechaçar a linha oposicionista de substituir um governo burguês que se afunda por outro, sob a falsa tese de que essa é a condição para retomar o crescimento econômico, recuperar os empregos, melhorar os salários e combater a fome. Esse é o conteúdo da bandeira petista do “Fora Bolsonaro”.

A tarefa do momento é ampliar e fortalecer a luta pelas reivindicações dos explorados, que se chocam com os interesses da burguesia, do imperialismo e, portanto, com o governo de Bolsonaro. A mobilização pelo programa próprio de reivindicações possibilita à vanguarda propagandar a estratégia revolucionária. A defesa do POR pela convocação de um Dia Nacional de Luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas, com paralisações, materializa a linha da independência de classe, e amadurece as condições para a organização da greve geral, e para superar os limites do movimento pequeno-burguês do “Fora Bolsonaro”.

Boletim Nossa Classe- agosto

**Política Operária**

# Lutemos por uma verdadeira campanha salarial metalúrgica

*Unificar as forças operárias em um só movimento. Convocar assembleia geral presencial. Constituir comitês de luta, desde as fábricas. Aprovar o índice de aumento real dos salários. Exigir o fim das demissões, reduzindo a jornada sem reduzir os salários. Fim da terceirização, efetivação dos terceirizados. Estabilidade no emprego*

As perdas salariais são grandes. O custo de vida está insuportável para a maioria das famílias trabalhadoras. O desemprego e o subemprego são responsáveis pelo aumento da fome. O salário mínimo condena milhões à miséria. É nessas condições que ocorrem as campanhas salariais. É preciso, portanto, organizar um movimento unido e forte, para impor a pauta de reivindicações ao patronato.

Os metalúrgicos do ABC e São José dos Campos anunciaram a campanha salarial. Os metalúrgicos de São Paulo têm, como data-base, novembro. São três sindicatos que abarcam a maioria dos metalúrgicos e das grandes fábricas. Unidos, seriam uma grande força para impor ao patronato o aumento real dos salários, a redução da jornada sem reduzir os salários, para pôr fim às demissões e reconquistar os direitos trabalhistas. Eis por que o Boletim Nossa Classe defende a unificação das campanhas salariais, tendo por base a defesa do salário, emprego e direitos. Para isso, os três sindicatos devem convocar as assembleias presenciais, que aprovam a pauta unificada de reivindicações.

Ainda há tempo para superar a divisão dos metalúrgicos em três campanhas separadas. O sindicato do ABC já abriu negociação com vários grupos, pedindo aumento real e negociação das cláusulas sociais. O sindicato de São José dos Campos defende 15% de aumento. E o sindicato metalúrgico de São Paulo não abriu a campanha.

O Boletim Nossa Classe defende a constituição de um comando único de campanha, a ser aprovado na assembleia geral de cada sindicato. A pauta unificada tem de ser negociada também unificadamente com o patronato. Nossa força, assim, depende das assembleias presenciais, da pauta comum, e de uma direção única.

*O Boletim Nossa Classe chama a atenção dos metalúrgicos que a divisão em três campanhas favorece os capitalistas, que tudo farão manter os salários baixos, continuar com as demissões, e avançar na destruição de antigos direitos trabalhistas. A bandeira do Boletim Nossa Classe é: Toda força à campanha salarial dos metalúrgicos, unificar para vencer!*

## Condições para uma poderosa campanha salarial

Começamos falando do que não se deve fazer. Uma campanha salarial que se limita a negociações de cúpula entre o sindicato e os representantes patronais não conquistará nada. É o que tem se passado com as campanhas salariais. A direção do ABC é mestre em manter os metalúrgicos divididos em vários grupos, realizando negociações de cúpula e, ainda por cima, separadas. Não convoca assembleia geral, para aprovar a pauta de reivindicação, a organização e as formas de luta. Tudo se faz por meios virtuais. E depois diz que a campanha vai ser difícil, que os patrões resistem, e que é preciso a “categoria estar mobilizada e organizada”. A direção de São José dos Campos também realizou assembleia virtual para aprovar a pauta. E promete fazer assembleias nas portas de fábricas.

Passamos, agora, a mostrar o que se deve fazer: 1) convocar assembleia geral presencial; 2) aprovar na assembleia o índice de au-

mento salarial e o restante da pauta; 3) lutar por um salário mínimo vital que cubra as necessidades das famílias; 4) formar um comando geral e os comitês de base; 5) preparar-se para a greve; 6) defender junto aos demais sindicatos a unificação da campanha salarial.

Somente com a organização da greve, é possível defender os salários, empregos e os direitos trabalhistas. Somente por meio da democracia das assembleias, se formam o comando geral e os comitês de base. Somente com os operários criando sua própria organização, é possível ter força para vencer a resistência dos capitalistas, que tudo fazem para preservar seus lucros às custas do empobrecimento da classe operária.

*O Boletim Nossa Classe rejeita tudo aquilo que divide, desorganiza e enfraquece a luta coletiva. O Boletim Nossa Classe se agarra a tudo aquilo que unifica, organiza e fortalece a luta coletiva.*

## Escute o Massas,

podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.


**PARTIDO OPERÁRIO  
REVOLUCIONÁRIO**



## **PLR X AUMENTO SALARIAL**

Em diversas fábricas, vem sendo discutido o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A classe operária precisa ter claro que o PLR é uma manobra das empresas e sindicatos para conter a luta pelo aumento salarial.

**Para os patrões, o PLR é bom porque:**

- Não é incorporado no salário;
- Está livre de impostos por parte da empresa;
- Permite a imposição de metas e a ampliação da exploração do trabalho;
- Incentiva a concorrência entre os trabalhadores, dividindo nossa classe;

**Para as burocracias que estão nas direções dos sindicatos, o PLR é bom porque:**

- É uma forma de os dirigentes aparecerem nas fábricas, pouquíssimas vezes no ano, e fingirem que lutaram e

conquistaram algo;

- Ficam com parte do valor fechado com a empresa;
- Conciliam com os patrões e diminuem a pressão da luta pelos salários.

*O Boletim Nossa Classe denuncia que o PLR serve para ampliar a exploração dos trabalhadores, e pode levar a perdas, como congelamento dos dissídios, ampliação da jornada de trabalho, etc. Na Cinpal, alguns companheiros denunciaram que o PLR, combinado no início do ano, até hoje não foi pago! Na Zanettini, disseram que os patrões ofereceram míseros R\$ 1.000,00, exigindo, em contrapartida, que a classe operária trabalhe mais horas, buscando aumentar a jornada semanal, de 40h, para 42h30min.*

*Basta! Chega de enganação. É necessário retomar a luta pelo aumento salarial! Queremos um salário que cubra as necessidades das nossas famílias! Que os sindicatos retomem a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, convocando as assembleias gerais presenciais, imediatamente!*

## **É necessário organizar a Opção Democrática**

***Somente com organização das oposições classistas e democráticas nas fábricas, os sindicatos voltarão a ser instrumentos de luta e defesa dos empregos e salários***

No Boletim Nossa Classe passado, informamos que um grupo de companheiros da Volks tem se esforçado por construir uma oposição, com o objetivo de democratizar o sindicato metalúrgico, extremamente burocratizado e controlado pelo grupo partidário vinculado ao PT. Isso tornou a Comissão de Fábrica uma extensão da direção sindical. O que a tem anulado como instrumento de organização de luta.

A Comissão de Fábrica tem de responder aos operários que a elegeram e à assembleia de fábrica. A candidatura e as eleições não podem ser controladas e manipuladas pela direção e pelo patrão. Todo operário deve se sentir livre e capacitado a se candidatar, sem que seja indicado pela direção do sindicato. A democracia sindical foi aos poucos sendo destruída pela direção seguidora da política de conciliação de classes, que hoje impera em nosso sindicalismo.

Sabemos que predomina o autoritarismo, quando vemos que não se têm mais eleições diretas para eleger a direção. Não se tem disputa entre uma chapa da situação e da oposição, ou oposições.

Muitos metalúrgicos discordam da direção e da política do PT para os sindicatos, mas não podem expressar o descontentamento, porque não se tem liberdade de construir oposição. Sem democracia sindical, a oposição é barrada pelo autoritarismo. Há muito, as bases não têm direito de escolha de seus dirigentes. Isso ocorre também na eleição e funcionamento da Comissão de Fábrica.

*O Boletim Nossa Classe apoia a formação de uma oposição, que tenha por objetivo a democracia sindical, a independência dos sindicatos diante dos patrões, dos governos, do Estado, e de qualquer política dos exploradores da classe operária. Companheiros, apoiem a formação da "Opção Democrática".*

## **Arbitrariedade e ameaça física ao Boletim Nossa Classe**

Os militantes que divulgam o Boletim Nossa Classe nas portas de fábricas, nos últimos meses, vêm sofrendo ameaças e proibições. No último Boletim, fazíamos a denúncia, quando, mais uma vez, os seguranças da CBC voltaram a gritar que era proibido distribuir o Boletim, porque não era do sindicato. Respondemos que continuaríamos distribuindo, porque o Boletim Nossa Classe defende os trabalhadores da exploração, das demissões, da pobreza e da fome. Nem o sindicato tem o monopó-

lio do direito democrático, nem os patrões podem mandar seus seguranças ameaçar fisicamente os militantes. Na mesma hora em que o segurança cerceava o direito democrático, ligamos para o sindicato dos químicos, denunciando o uso de seu nome para nos ameaçar. A resposta foi que não existe nenhuma orientação do sindicato para impedir a distribuição do Boletim.

*O Boletim Nossa Classe chama os sindicatos, centrais, movimentos e correntes políticas vinculadas à luta dos trabalha-*

*dores a rechaçarem as ameaças policiais e se colocarem firmemente pelo direito democrático de expressão, manifestação e organização. O Boletim Nossa Classe continuará fazendo o trabalho de divulgação das posições classistas junto aos operários. E continuará defendendo o direito democrático de divulgação de boletins e jornais, voltados à luta por empregos, salários, direitos trabalhistas e contra os ataques da burguesia e de seus governantes aos explorados.*

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org) - [facebook.com/massas.por](https://facebook.com/massas.por)**

## Todo apoio à manifestação dos servidores públicos, no dia 18 de agosto

O Boletim Nossa Classe defende a retirada imediata do projeto de Reforma Administrativa, que mantém os privilégios dos altos salários e ataca a massa do funcionalismo.

## Organizar desde já a manifestação contra Bolsonaro, em 7 de setembro

O Boletim Nossa Classe defende que a classe operária e os demais explorados sejam organizados para defender na manifestação os empregos, salários e direitos trabalhistas.

### Privatização dos Correios

## Que as centrais e movimentos organizem a luta para derrubar no Senado a privatização

A Câmara de Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 591 de Bolsonaro, de privatização dos Correios. Alguns dias antes, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, usou os meios de comunicação para defender a venda da estatal, objetivando desfazer a campanha de que a empresa é lucrativa, que não ocorrerá elevação das tarifas, e que os serviços serão mais ágeis. E que os recursos da venda serão utilizados para avançar com os programas sociais, educação, saúde, moradia, etc. Isso para reforçar a votação de entrega dos Correios.

Com a aprovação na Câmara de Deputados, faltando apenas o Senado, todos os serviços postais serão privados. Antes, as empresas privadas exploravam os serviços, por meio de franquias e os preços eram determinados pela ECT (Empresa de Correios e Telégrafos). Duas cláusulas decidem o futuro dos trabalhadores dos Correios: 1) não se poderão fechar agências “essenciais”. Ou seja, se a empresa julgar que não é “essencial”, porque não é lucrativa, a agência poderá ser fechada; 2) estabilidade por 18 meses e abertura do PDV – quem aderir ao PDV terá 12 salários de indenização e 12 meses de plano de saúde, uma armadilha para se abrir mão dos empregos sem luta. Portanto, as demissões virão com o fechamento de agências, e redução do número de trabalhadores. As demais cláusulas são para “inglês ver”, a exemplo do governo poder revisar os serviços a cada cinco anos, por meio da Anatel.

A privatização dos Correios já vinha sendo anunciada pelo go-

verno. No entanto, não houve, por parte das direções sindicais, a organização de uma poderosa luta contra a entrega da estatal. A greve do ano passado não serviu de alavanca para impulsionar a campanha nacional contra as medidas antinacionais do governo e Congresso Nacional. Embora houvesse disposição de luta dos trabalhadores, que mantiveram a greve por quase um mês, as suas direções não estiveram à altura de unificar nacionalmente o movimento. Depois da greve, nada mais foi feito para reerguer os ecetistas. As direções, PCdoB, PT, principalmente, se embrenharam no discurso demagógico contra a privatização, e na falácia da pressão aos deputados. Dias antes da votação do PL, em função da campanha salarial, anunciaram o “indicativo de greve”. Mas tudo não passou de um jogo de palavras. O fato é que a Câmara dos Deputados aprovou o PL bolsonarista, sem que houvesse resistência dos trabalhadores dos Correios.

Antes tarde do que nunca, é preciso que as direções sindicais e centrais organizem a luta contra mais essa privatização. Que rompam com a bandeira do “Fora Bolsonaro” e se coloquem pelas manifestações em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e contra a privatização. Para isso, é preciso convocar as assembleias presenciais e constituir os comitês de luta. Sem política e organização independentes, diante da burguesia e seus governos, não será possível enfrentar a política antinacional e antipopular de Bolsonaro e Congresso Nacional.

## Doria vetou o projeto “Despejo Zero” Uma derrota anunciada

No dia 29 de julho, o governo direitista de Doria vetou o projeto de Lei que propunha suspender os despejos. O projeto “Despejo Zero”, apresentado pela deputada Leci Brandão (PCdoB), foi apresentado em março de 2020, logo após o governador decretar o isolamento social. Justamente no momento em que as direções sindicais e dos movimentos tinham desmarcado o Dia Nacional de Luta, 18 março, e se colocaram em favor da política burguesa do isolamento social.

Nesse ano e meio de pandemia, a situação de miséria se alastrou. Inúmeras famílias não tiveram outra saída, a não ser participar dos movimentos de ocupação de terrenos e prédios abandonados. Assim, aumentou a quantidade de ocupações. Diante dessa terrível situação, parlamentares apresentaram

o projeto, que impedia o governador e o prefeito de usarem a justiça e a polícia para despejarem os sem-teto. No entanto, os governantes continuaram com os despejos. Para se ter uma ideia, em São Paulo, de março de 2020 a junho de 2021, ocorreram 3.970 despejos.

Por outro lado, as direções dos sem-teto se mostraram incapazes de organizar um poderoso movimento de resistência. Ao contrário, mantêm os sem-teto divididos por ocupação. Sem romper com o corporativismo dessas direções, não se tem como enfrentar os despejos. Era evidente que Doria não acataria um projeto de proibição aos despejos. Para que isso ocorresse, precisaria de muita luta nas ruas, para desmascarar o governo que se diz defensor da vida.

**18 de agosto**

# Paralisação dos servidores públicos

O POR trabalha para que o dia 18 de agosto seja um dia de paralisação de todos os servidores públicos. E que seja um ponto de partida para um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, a ser preparado por meios de assembleias presenciais e

constituição de comitês de base, pelas direções sindicais e políticas. Um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e de rechaço às contrarreformas de Bolsonaro e o Congresso Nacional. Um Dia Nacional de Luta contra

a privatização dos Correios, e em defesa da reestatização das empresas já privatizadas, sob o controle operário.

Abaixo publicamos o Boletim da Corrente Proletária de convocação da paralisação do dia 18 de agosto.

**Boletim da Corrente Proletária**

## **Abaixo a reforma administrativa! Ganhar as ruas, dia 18 de agosto!**

*Trata-se de um ataque não só ao funcionalismo, mas ao conjunto da população, que depende dos serviços públicos! Nossa luta deve ser pela retirada imediata da PEC 32! Nenhuma confiança no método da pressão parlamentar! Em defesa da estabilidade para todos! Que os sindicatos, centrais e movimentos sociais convoquem as suas assembleias presenciais, para organizar a resistência coletiva! Ligar a luta para pôr abaixo a reforma administrativa com o combate mais amplo contra o governo Bolsonaro! Em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação para todos, priorizando os pobres e miseráveis!*

Ocorreu, nos dias 29 e 30 de julho, o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público, pela via virtual. O objetivo da reunião era o de organizar o combate à PEC 32/2020, da reforma administrativa.

O governo Bolsonaro e seus aliados têm tentado justificar a proposta, afirmando que se trata de “eliminar privilégios”, pois, assim, economizará recursos, os quais, por sua vez, poderão ser aplicados na geração de empregos e no desenvolvimento do País. Pura demagogia! O mesmo discurso mentiroso foi utilizado para tentar legitimar a Lei do Teto de Gastos e as contrarreformas trabalhista e previdenciária. E a experiência já demonstrou que nenhum privilégio foi eliminado, o desemprego continua nas alturas, a crise econômica só se aprofunda, e a desigualdade social só aumenta.

Ao contrário do discurso da burguesia, as reformas que já foram aprovadas preservaram os privilégios das Forças Armadas e do alto escalão governamental, enquanto a imensa maioria dos trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público continuou recebendo salários miseráveis, tendo perdido direitos históricos, que haviam sido conquistados com muita luta. A reforma administrativa vai ampliar um fenômeno que já existe, e que faz parte do caráter fisiológico do Estado burguês-oligárquico, que é a farra das nomeações políticas para os cargos, acentuando o controle político-ideológico sobre a máquina estatal, além de aumentar ainda mais as engrenagens da corrupção.

O objetivo do governo, com a falácia da “eliminação dos privilégios” e da “modernização dos serviços públicos”, é claro: jogar trabalhador contra trabalhador, buscando nivelar por baixo os salários e direitos. Não por acaso, o centro da proposta de reforma administrativa está no ataque à estabilidade do funcionalismo. Trata-se de uma medida que é parte da reforma trabalhista, que praticamente anulou a Consolidação das Leis Traba-

listas (CLT). Além de pressionar para baixo o valor da força de trabalho, esse conjunto de medidas impulsiona a privatização e a terceirização, atendendo aos interesses da minoria capitalista.

O verdadeiro motivo, que está na raiz da reforma administrativa, bem como das outras medidas de ataque, é a crise estrutural do capitalismo. As forças produtivas, altamente desenvolvidas, se encontram encarceradas pelas relações de produção monopolistas e pelas fronteiras nacionais, empurrando a humanidade de conjunto para a barbárie. Mais especificamente, pode-se encontrar o problema da gigantesca e extorsiva dívida pública, que é expressão da crise geral do sistema capitalista, como elemento de pressão sobre os governos semicoloniais, a exemplo do Brasil, para que enxuguem seus orçamentos, de forma a continuar saldando os compromissos com o capital financeiro. Em outras palavras, a reforma administrativa comparece como uma resposta burguesa, ditada pelo capital financeiro e pelo imperialismo, como parte da flexibilização capitalista do trabalho, e com o objetivo de preservar o pagamento da dívida pública.

Vale dizer ainda que os atuais servidores serão atingidos, ao contrário do que têm dito os governistas, acentuando a divisão entre “estáveis” e “não estáveis”, com reflexos na organização sindical, dado que a ameaça patronal é obviamente mais forte quando a possibilidade de demissão é facilitada. Trará reflexos também sobre os direitos conquistados e sobre o regime previdenciário, dado que levará a um progressivo esvaziamento dos fundos, de onde vêm os recursos para pagar as aposentadorias. Não se trata, além disso, de um ataque somente ao funcionalismo, pois, levará a um reforço da precarização dos serviços públicos, golpeando o acesso a direitos sociais fundamentais, usufruídos pelos pobres e miseráveis.

Como se vê, a PEC 32 é um ataque amplo e profundo da burguesia sobre os explorados, exigindo destes uma resposta massiva

e unitária. Para colocar em prática essa via, contudo, será preciso eliminar os obstáculos políticos, que correspondem à linha de ação determinada pelas direções do movimento sindical. São eles:

1º) Não entrar na conversa fiada de que “uma reforma administrativa é necessária”. Durante o Encontro Nacional, dos dias 29 e 30, houve quem defendesse essa ideia estapafúrdia. O que existe concretamente é a PEC 32, e esta representa um ataque sem precedentes ao funcionalismo. Devemos lutar pela retirada imediata da proposta! Qualquer concessão nesse sentido fortalece o discurso do governo que, como vimos, não passa de pura demagogia;

2º) No mesmo Encontro, também estiveram presentes representantes favoráveis à tática do “adiamento da votação no Congresso Nacional”, tendo em vista que “o ano que vem é ano eleitoral, e ninguém irá assumir esse desgaste”. Já vimos essa tática fracassada ser aplicada nos casos das reformas trabalhista e previdenciária. O adiamento só vai minando as forças do próprio movimento, enquanto vai permitindo aos parlamentares ganharem tempo para as negociações de bastidores, incluindo a compra de votos, e todo o tipo de lobby. Diante do primeiro sinal de fraqueza ou desarticulação dos sindicatos, a proposta é colocada em votação e acaba sendo aprovada;

3º) O “convencimento dos deputados e senadores, para que votem contra a PEC”. O Congresso Nacional possui uma composição política ultrarreacionária. É parte do Estado burguês,

portanto, não é o nosso terreno de luta. É uma ilusão tipicamente pequeno-burguesa, achar que é possível “convencer” parlamentares, como se estes se movimentassem segundo suas próprias consciências, e não de acordo com as forças políticas que representam. É o poder econômico, ou seja, é a burguesia e as frações oligárquicas que mandam e desmandam no Parlamento e nas demais instâncias do Estado.

O Partido Operário Revolucionário exige que os sindicatos, confederações e centrais convoquem as assembleias presenciais e reuniões de base também presenciais, para organizar a resistência coletiva dos trabalhadores, pela derrubada imediata da PEC 32. Rejeita os fóruns virtuais, mostra que as assembleias e reuniões de base presenciais são o único mecanismo capaz de organizar os explorados presencialmente, e colocar em prática as decisões aprovadas.

Paralisar dia 18 de agosto, ganhar as ruas e trabalhar pela unidade dos servidores públicos com os demais trabalhadores. As contrarreformas do governo e do Congresso Nacional atingem todos os explorados. Daí a importância de ligar esse movimento ao combate mais amplo contra o governo Bolsonaro, levantando as bandeiras de defesa da vida das massas: emprego, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal, priorizando os pobres e miseráveis. É fundamental que essas reivindicações compareçam unidas à bandeira de pôr abaixo a reforma administrativa, e em defesa da estabilidade para todos os trabalhadores.

## Boletim da Corrente Proletária – funcionários de escola

### Rechaço ao Congresso Virtual da Afuse Pôr em pé uma Oposição classista

A direção da AFUSE deliberou virtualmente, no dia 23 de julho, a realização do XXIII Congresso Estadual, para os dias 27 e 28 de agosto. Impôs um critério autoritário e antidemocrático, estabelecendo que somente os delegados dos congressos regionais (ocorridos entre 2018 a 2021) poderiam participar. Como se vê, a burocracia petista aproveitou o longo período de pandemia para reforçar sua política, contrária aos interesses dos trabalhadores da Educação.

Depois de um ano e meio com as portas fechadas do sindicato, os burocratas assumiram de corpo inteiro o mundo virtual. Se, antes da Pandemia, já não se dirigiam às escolas, agora, viram no sistema online o remédio para se perpetuar no aparato sindical. Tudo passou a ser virtual (reunião, assembleia, eleição e congresso). Em nome da Pandemia, a burocracia desfecha mais um duro golpe à democracia sindical.

Enquanto os burocratas vivem o

“bem bom”, os funcionários padecem com os salários miseráveis, com a precariedade das condições de trabalho, com as aposentadorias de fome e com a Pandemia. Enquanto os burocratas se refugiam no mundo virtual, os funcionários, há muito, retornaram aos postos de trabalho, mais pobres e mais doentes.

Não por acaso, vem crescendo um descrédito dos funcionários em relação à Afuse. Uma parte se recusa a filiar-se, e outra reclama de tirar, de seu salário miserável, a contribuição para o sindicato. Por sua vez, a direção se apoia na parcela que apoia sua política de conciliação de classes. Quem ganha com isso é o governo, porque não há luta. A burocracia da Afuse, por se recusar a organizar os funcionários para enfrentar as medidas e Doria, acaba auxiliando o governo, na imposição do arrocho salarial, da terceirização, da eliminação de direitos, e da vergonhosa aposentadoria de pouco mais de um salário mínimo de fome.

Ainda mais. Trata-se de uma burocracia corporativista. Ou seja, rejeita a unidade dos funcionários com os demais trabalhadores. Basta ver sua conduta, diante do fechamento da Ford, LG, da greve na Renault e Correios, e da demissão dos terceirizados que prestavam serviços nas escolas. Hoje é uma burocracia corporativista e virtual.

A burocracia só mantém essa conduta porque não tem pela frente uma Oposição classista e de luta. Boa parte das correntes se têm negado a pôr em pé uma verdadeira Oposição, assentada nas reivindicações mais sentidas dos funcionários, no método da ação direta, na democracia sindical e na unidade com os demais explorados. Não adianta lamentar e se indignar com a conduta dos burocratas, que impuseram o Congresso virtual. A tarefa é a de organizar a Oposição, que se dá trabalhando no seio dos funcionários, e organizando-os por meio de reuniões e plenárias presenciais.



## **Ato dia 9 de agosto em frente à DRE**

*A Corrente Proletária divulga a nota abaixo sobre a interdição da escola, e convoca os educadores, pais e estudantes para a manifestação na DRE. Eis a nota:*

## **Trabalhadores, pais e estudantes são surpreendidos com a interdição do CEU Capão Redondo**

No começo de agosto, os trabalhadores e a comunidade que utiliza o CEU (Centro Educacional Unificado) Capão Redondo foram surpreendidos, com o anúncio de que seria fechado para reformas. Embora seja uma construção recente, de cerca de doze anos, há pelos menos quatro se constataram rachaduras preocupantes. Agora, a gestão municipal decidiu pela interdição. Lá estão abrigados um CEI (creche) e uma EMEI (Ed. Infantil), no mesmo prédio, onde estão os danos estruturais; uma EMEF (Ens. Fundamental), com um polo bilingue para surdos, e um curso da ETEC (Ens. Técnico), que também tiveram suas atividades suspensas, “por precaução”.

A princípio, não deveria constituir um problema político, e sim, meramente técnico. Cabia à Prefeitura e seus órgãos apresentarem as informações, um cronograma de reforma e debater com a comunidade a forma de realizar a transição. A falta de transparência e o autoritarismo, contudo, têm levantado a suspeita da comunidade de que possam existir interesses ocultos por trás da interdição. O principal temor é o de fechamento definitivo do CEU.

*(...) os trabalhadores e a comunidade começaram a se organizar, recorrendo aos sindicatos, parlamentares e meios de comunicação, ou seja, saíram instintivamente em busca de aliados e de formas de se defenderem.*

A suspeita foi alimentada por alguns fatores. O primeiro deles foi a ausência de um plano, com o devido cronograma das obras, situação piorada pelo rumor de que o prédio esteja condenado. Se for demolido, quem garante que será construída outra escola no lugar? Há uma onda de fechamento de salas/turnos/escolas na cidade. Por que a Diretoria Regional de Ensino (DRE) não publicou, logo de início, uma garantia de manutenção das escolas?

O segundo fator de desconfiança foi a transferência de alunos, professores e funcionários com caráter duvidoso. Por que duvidoso? Pois, muitas informações desconstruídas foram dadas, como a de que os professores seriam “acomodados” em outra escola, podendo retornar depois para a de origem, ao mesmo tempo em que se falou de transferência com perda da sede – o que pode gerar inúmeros problemas na vida funcional destes trabalhadores.

Os estudantes estão sendo transferidos para outras escolas da região. Sobre essa situação específica, se concentra a preocupação das famílias. Primeiro, porque há um vínculo entre os estudantes, e entre estes e os trabalhadores e o local/comunidade; segundo, pois há a preocupação com a continuidade do trabalho pedagógico, particularmente com os estudantes surdos, afinal, nenhuma escola da região estaria tão preparada quanto o polo bilingue do CEU; terceiro, pois, algumas escolas ficam muito distantes das moradias; quarto, porque não há garantia efetiva

de oferecimento de transporte gratuito, no caso das longas distâncias; sexto, pois, há o receio de superlotação nas escolas de destino, quando ainda estão em vigência os cuidados sanitários relacionados à Pandemia e, por fim, sendo o aspecto mais relevante, pois, não foi garantido o retorno ao mesmo CEU.

O problema torna-se mais grave, na medida em que se espalha para as outras escolas do entorno. Um exemplo: se um professor é obrigado a pegar aulas em outra Unidade – além de não ter garantida a manutenção da jornada (o que pode implicar em perda salarial), nem do horário (com consequências sobre o acúmulo de cargos) – pode acabar “derrubando” outro docente, gerando um efeito cascata.

Em relação aos estudantes, recebemos denúncias de que a chamada “busca ativa” estaria sendo usada para registrar os estudantes como “abandono”, com o intuito de abrir vagas para receber os estudantes do CEU Capão. A ironia é que a tal “busca ativa” tem sido defendida pela Prefeitura como um processo de contato, com registro, dos estudantes que não estão acessando as plataformas digitais, nem estão comparecendo presencialmente, em especial durante a Pandemia, tudo para, supostamente, “garantir o direito do educando”. Neste caso, vê-se claramente o mecanismo sendo empregado para excluir uma parte dos jovens, e adaptar a demanda do CEU interditado.

Toda essa situação tem sido acompanhada de ameaças e de uma postura autoritária, por parte dos representantes da DRE Campo Limpo, e da Secretaria Municipal de Educação (SME). As famílias estão sendo compelidas a assinar o consentimento em relação à mudança de escola dos filhos, sob o risco de “perderem a vaga”; os professores das Unidades de destino estão sendo forçados a concluir a “busca ativa”, e registrar o “abandono”, sendo acompanhados in loco pela supervisão escolar, numa clara atitude de intimidação; há denúncias de diretores que foram convocados para reuniões com uma pauta, sendo surpreendidos no local, com o assunto relacionado ao problema do CEU, entre outras situações de ameaça/desrespeito.

Esse quadro geral de falta de transparência, arbitrariedade e autoritarismo inevitavelmente tem levado a outras desconfianças. Vendo tantas falcaturas, não demorou para alguns membros da comunidade levantarem suspeitas sobre a razão de uma construção tão nova estar nessas condições. Houve erro de projeto? O material aplicado na obra foi adequado?

Diante de tudo isso, os trabalhadores e a comunidade começaram a se organizar, recorrendo aos sindicatos, parlamentares e meios de comunicação, ou seja, saíram instintivamente em busca de aliados e de formas de se defenderem. Exigem garantias de manutenção do CEU, assim como do polo bilingue, querem a permanência dos trabalhadores (dos professores aos profissionais da limpeza, todos!), reivindicam a garantia das vagas de todos os estudantes, exigem o fim das ameaças, querem ter acesso



às informações (a exemplo do plano/cronograma das obras), e querem participar do debate e das decisões sobre o problema. E querem tudo isso por escrito, pois, já se depararam com promessas “de boca” que foram descumpridas.

A Corrente Proletária na Educação está participando dessa luta, ao lado dos trabalhadores e da comunidade, exigindo que o governo atenda imediatamente as reivindicações do movimento. Alertamos as famílias sobre a importância de estarem atentas, para não caírem em armadilhas, aceitando falsas promessas, es-

pecialmente de oportunistas, que podem aparecer só para tentar colher alguns votos no ano que vem. Defendemos a importância da luta independente, cobrando inclusive das direções sindicais que cumpram seu papel, prestando todo apoio aos trabalhadores e comunidade. Por fim, defendemos a realização de um protesto na segunda-feira, 9/8, em frente à DRE, para cobrar o atendimento das reivindicações do movimento, proposta que foi aceita pela comunidade. Cabe agora continuar batalhando para que a mobilização seja vitoriosa.

## Rio Grande do Norte

### BOLETIM DA CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

O Boletim mostra que os governos estadual e municipal continuam ditando a condução da Pandemia na educação. Ditam as regras para o retorno presencial das aulas. E denuncia a política corporativa e passiva das direções sindicais, que mantêm os sindicatos fechados e rejeitam a convocação de assembleias presenciais, para que os trabalhadores da Educação possam aprovar o caminho da luta. O discurso da burocracia sindical, de que sem a segunda dose da vacina não há a volta ao trabalho, que não há condições sanitárias nas escolas e que é preciso reforçar as aulas remotas (ensino a distância), com a entrega de materiais aos estudantes, tem dificultado a mobilização dos professores e a unidade com os demais trabalhadores, que não puderam cumprir o isolamento social. A precarização das escolas é grande. A Pandemia continua matando os pobres e miseráveis. E a luta só é possível nas ruas. Daí a importância das assembleias presenciais, porque permite a coesão e a unidade dos trabalhadores para defender as reivindicações, que não se restringe à volta ou não às aulas presenciais.

O Boletim denuncia a terceirização nas escolas e a exploração das empresas sobre os trabalhadores. Diz que a Servnews continua atrasando salários, e que muitos chegam a receber somente na metade do mês, quando as contas já estão atrasadas. A empresa escolhe quem deve receber primeiro, e quem pode receber depois. O Boletim defende que o sindicato dos trabalhadores da Educação convoque os trabalhadores terceirizados e organize a luta. E defende o fim da terceirização e a efetivação de todos os terceirizados.

Por fim, o Boletim denuncia uma diretora de escola estadual de Natal, que impediu que militantes da Corrente Proletária distribuísse o Boletim, estipulando que somente no horário de almoço dos trabalhadores possam ter acesso a ele. O direito de expressão, manifestação e organização deve ser imposto por meio da luta contra o autoritarismo.

## Boletim da Corrente Proletária – Universidade

O Boletim de julho colocou, de início, a política operária, com o balanço do 24J. Mostrou que, embora os atos demonstrem disposição de luta contra o governo, têm sido menos massivos, porque estão dirigidos pelos sindicatos e partidos que têm como estratégia o “Fora Bolsonaro e impeachment”, cujo interesse central são as eleições de 2022, e segue as movimentações da CPI.

Os atos nacionais não são preparados pelas convocações nas portas de fábricas, nem por assembleias. Mesmo que o ato do 24J tenha sido precedido pelos atos de 13 e 16 de julho, que ocorreram por reivindicações concretas (contra a privatização dos Correios, contra o marco temporal e por moradia), estes funcionam ainda subordinados ao “Fora Bolsonaro”.

Há necessidade de mudar a estratégia, para ganhar as massas que se mantêm na passividade. Essa mudança pode ocorrer, se for assumido um conjunto de reivindicações. A CPE defendeu no boletim: “Em primeiro plano, estaria a exigência de emprego para todos, contra o fechamento das fábricas e postos de trabalho; pela recuperação dos salários e direitos perdidos; por salário mínimo e auxílio emergencial, conforme as necessidades das famílias trabalhadoras, não inferior ao valor calculado pelo DIEESE; por entrega de terras aos camponeses pobres e povos indígenas; por vacinação universal, priorizando pobres e miseráveis.”

O Boletim ainda traz duas matérias. Uma de avaliação do 12º CONAD extraordinário do ANDES-SN, que ocorreu remotamente, e outra sobre a política da direção do SINASEFE. Sobre a atividade do ANDES-SN, destacou a aprovação “consensual” do “Fora Bolsonaro”, que reafirma a posição da direção do sindicato, de subordinação à estratégia eleitoral do PT e PSOL. Também destacou a aprovação presencial do próximo Congresso Nacional do sindicato, para o primeiro semestre de 2022. Esta aprovação, ainda que subordinada às condições sanitárias da Pandemia, revelou a impossibilidade de manter a farsa das deliberações online, que se mostraram impotentes, depois de mais de um ano de fechamento dos sindicatos.

Sobre o SINASEFE, o Boletim apresenta a crítica à ausência de plenárias presenciais, e a não mobilização das bases para os atos nacionais contra o governo. Apresenta a contradição que a direção do sindicato (nas mãos do PSOL) carrega: defende a greve na Educação, mas não revela como isso pode ocorrer. O boletim afirma: “Porém, o PSOL não disse como pretende organizar a greve da Educação. A começar pelos IFs, que estão há mais de 1 ano e 4 meses sem Plenárias Nacionais presenciais. E nem disse como trocar o Bolsonaro por outro governo burguês resolverá os problemas enfrentados pelos servidores, que estão sob ameaça da Reforma Administrativa, orquestrada por toda a burguesia”. Contra esta política, a CPE defende um conjunto de reivindicações elementares, que passam, desde a luta contra o congelamento salarial, passando pela defesa dos empregos, contra o corte de verbas e a necessidade de unidade com os terceirizados, para uma poderosa greve da Educação contra o governo.

## **Congresso Extraordinário da UNE** **Mesma composição, mesma política reformista**

O objetivo do Congresso, realizado entre 14 a 18 de julho, foi o de aprovar a *“Carta ao Brasil, estudantes em defesa da educação, da vida e da ciência”* e eleger uma direção provisória, que terá o mandato de um ano, podendo ser prorrogado. Observa-se que se manteve a composição política do 57<sup>a</sup> Comum, de 2019. Saiu o presidente Iago Montalvão, e entrou Bruna Brelaz, trocando seis por meia dúzia. Ou seja, controle da UNE pelo PCdoB, PT e aliados. O Congresso ocorreu virtualmente. Não é preciso insistir que se tratou de uma farsa.

A direção da UNE refletiu a passividade das direções sindicais e políticas, durante um ano e três meses. Nesse período, Bolsonaro interveio nas universidades federais, impondo reitores, e forçando passagem à política obscurantista. O ensino a distância (EaD) tomou uma proporção até então desconhecida. Cortou recursos no valor de R\$ 1 bilhão, 17,5% dos gastos discricionários, como indica a própria Carta ao Brasil. As aulas virtuais não foram além de grotesca caricatura de estudo e aprendizagem. Diante disso, a direção da UNE continuou agarrada à política burguesa do isolamento social, chefiada por uma frente de governadores, tendo à frente João Doria (PSDB). O máximo de atividade foi a de correr atrás de parlamentares, na esperança de conter a ofensiva reacionária de Bolsonaro sobre o ensino superior, e servindo de auxiliar da oposição burguesa.

O principal ponto da Carta ao Brasil foi a demonstração do quanto os estalinistas, reformistas e centristas se comprometeram com o ensino a distância. Ao invés de denunciar a ampla utilização da Pandemia pelos governantes, para avançarem na implantação do ensino virtual, a UNE criticou o fato do gover-

no federal não ter sido consequente, ao ponto de criar as condições que garantissem a substituição das atividades presenciais pelas atividades remotas. Na Carta, a UNE reivindica um *“projeto para a continuidade das atividades nessa nova modalidade”*, uma vez que Bolsonaro não levou *“em consideração a demanda pela inclusão digital que esse novo momento exige”*. Critica o *“projeto de privatização das universidades”*, desconhecendo que o ensino a distância é parte desse projeto.

A Carta ao Brasil conclui, defendendo a estratégia burguesa oposicionista do impeachment de Bolsonaro. Defende o fim desse governo militarista para *“realizar uma reforma radical no Estado”*. Essa direção – e os partidos políticos que a sustentam – está tão comprometida com a troca de um governo burguês por outro, que não teme evidenciar o absurdo e a estupidez do objetivo de reformar o Estado burguês, que serve ao capital monopolista, aos financistas, aos latifundiários e ao imperialismo. A bandeira de *“reforma radical”* não passa de palavreado, para amparar a profunda adaptação do reformismo ao parlamento oligárquico. Serve, principalmente, para esconder a verdade absoluta, revelada pelo marxismo, de que o Estado é um instrumento da ditadura de classe da burguesia sobre os explorados.

A convivência das correntes de esquerda com o Congresso Extraordinário virtual da UNE tem de ser denunciada aos estudantes, à juventude oprimida e à classe operária. A ausência de uma fração revolucionária, organizada no seio do movimento estudantil, expressa o problema fundamental de nossa época, que é a crise de direção revolucionária. É preciso fortalecer a construção do POR, para dar passos na luta pela superação dessa contradição histórica.

## **Crise na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

O Conselho Universitário (Consun) da UFRGS aprovou um parecer recomendando a destituição do Reitor Carlos André Bulhões, acusado de alterar a estrutura administrativa da universidade, à margem do Consun. Também se aventou indício de irregularidade no vestibular 2020/2021. No início do ano, o Consun aprovou uma resolução, exigindo que o Reitor desfizesse as mudanças na administração. Bulhões simplesmente desconheceu, levando então o Consun a pleitear a sua destituição.

Está claro que se trata de um conflito no interior da burocracia universitária. A particularidade está em que Bulhões é um preposto do governo Bolsonaro,

que passou por cima do primeiro e segundo candidatos mais votados da lista tríplice. O parecer de destituição deve percorrer os labirintos do ministério da Educação. Caberá ao MEC instaurar um processo administrativo.

O fato de os estudantes continuarem amarrados ao ensino virtual impossibilita uma resposta coletiva, que poderia ser dada em uma assembleia universitária. Crise desse tipo se passou em outras universidades. Bolsonaro não deixaria de interferir no comando das federais, anulando o tradicional mecanismo de entregar a reitoria ao mais votado da lista tríplice. O seu objetivo era o de acabar com as eleições, mas não teve força política para isso. Seria

temerário para Bolsonaro intervir repressivamente contra a burocracia universitária, que se diz democrática. Certamente, uma ação mais dura poderia agitar o movimento estudantil, que se encontra atado à UNE, interessada em manter a burocracia acadêmica que se formou no pós-ditadura militar.

É preciso, ao contrário, desenvolver a luta pelo controle real da universidade pelos que estudam e trabalham. A bandeira de assembleia universitária soberana e a eleição de um governo tripartite (estudantes, professores e funcionários), sujeitos à revogabilidade do mandato, devem ser propagandeada e agitada, imediatamente, assim que se restabelecer o ensino presencial.

## São Paulo

# Manifestação massiva, mas limitada pela estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”

A quarta manifestação nacional contra o governo Bolsonaro, ocorrida na Av. Paulista, contou com dezenas de milhares de pessoas, embora tenha sido menor que a anterior. Os grandes atos têm dado uma demonstração inequívoca da insatisfação popular e da disposição de luta dos trabalhadores e da juventude, tendo em vista o aumento do desemprego, da miséria e da fome. Apesar do imobilismo das direções dos movimentos sindical, popular e estudantil, que permaneceram durante toda a Pandemia subordinados à política do “fica em casa”, as massas se têm visto obrigadas a tomar as ruas, para enfrentar as consequências das crises econômica e sanitária.

O ato, no entanto, demonstrou as mesmas limitações dos anteriores. Do ponto de vista político, prevaleceu o eleitoralismo, impeachment e eleições de 2022. Daí o clima festivo e descolado das reais necessidades da maioria oprimida. Algumas falas no carro de som até mencionaram o problema da fome, da carestia, etc., mas com um conteúdo demagógico, já que não apontavam para a organização da resistência coletiva, que deveria passar necessariamente pela aprovação de uma carta de reivindicações, pela convocação das assembleias e comitês de base presenciais, e pelo método da ação direta. Pelo contrário, o que se viu foi o fortalecimento da linha de conciliação de classe, com as principais direções do movimento realizando a defesa da frente ampla – que é um eufemismo para a aliança estratégica com os partidos da burguesia. Expressão disso foi a presença do chamado “Bloco Democrático”, com a participação do PSDB, PDT, Cidadania e outros partidos burgueses. Fato que não se deu por acaso, afinal, a defesa do impeachment conduz diretamente à disputa por votos no Parlamento. Está aí também a razão para a defesa das reivindicações elementares das massas ter emergido com um caráter meramente acessório, apenas para inflar o radicalismo verbal de algumas lideranças, que se encontram, certamente, pressionadas por suas bases, golpeadas pelas péssimas condições de vida.

É sabido que a defesa das reivindicações elementares se choca com os partidos da burguesia. Esta é a principal contradição deste movimento. A linha dada pelas direções – eleições e impeachment – está em choque com a necessidade de erguer a luta massiva e radicalizada em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal. Trata-se do mesmo motivo que explica a ausência de um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios de avenidas. É por isso que as direções sindicais, especialmente dos sindicatos operários, se têm negado a convocar e organizar a classe operária para intervir com suas reivindicações no ato. O resultado é que se repetiu no dia 24 a mesma composição social das manifestações anteriores, com o predomínio da pequena burguesia.

Dada essa limitação política, era de se esperar uma passeata mais controlada burocraticamente. O agravante, nesse sentido, foi a reunião prévia, que se realizou entre parte das correntes que dirigem o movimento e a polícia, que marcou a ingerência do braço armado da burguesia sobre a organização dos explorados. O objetivo das lideranças era evitar confrontos, como o ocorrido entre o



*É sabido que a defesa das reivindicações elementares se choca com os partidos da burguesia. Esta é a principal contradição deste movimento.*

PCO e o PSDB, bem como as “ações violentas” promovidas pelos autonomistas, tudo para não desviar a manifestação da consolidação da frente ampla.

Quanto aos atritos com o PSDB, tal como se viu no dia 3 de julho, as negociações de bastidores das direções acabaram surtindo efeito, nenhum conflito foi registrado. O mesmo, contudo, não valeu para as ações paralelas dos autonomistas, que voltaram a acontecer. A diferença foi a intensidade da repressão policial. Houve uma saraivada de bombas de efeito moral e de gás, além de várias prisões – o que acabou impedindo a marcha de concluir no ponto planejado. Novamente, as ações de pequenos grupos, descoladas do movimento de massas, demonstraram o seu aspecto prejudicial para a luta, revelando a incompreensão dos autonomistas quanto à necessidade de enfrentar a burguesia e o seu Estado com os métodos da luta de classes, organizando os explorados a partir de suas reivindicações mais sentidas. Digase de passagem, no mesmo dia, um pouco mais cedo, outra ação isolada, ocorrida na região de Santo Amaro (zona sul da cidade), também chamou a atenção, e exerceu uma influência sobre a manifestação principal, no centro. Trata-se da queima da estátua do bandeirante Borba Gato. Algumas lideranças fizeram menção ao fato no carro de som. O simbolismo da figura de um raptor de indígenas e de negros escravos certamente é um reflexo do reacionarismo da burguesia brasileira, que deita raízes sobre o passado colonial. Repetimos: as ações paralelas, descoladas do movimento de massas, expressam tão somente o desespero pequeno-burguês, e comparecem como provocadores da polícia, que se volta contra os manifestantes e contra os próprios autonomistas.

O POR interveio na manifestação com o seu panfleto, suas faixas e bandeiras e com uma declaração no carro de som, além da atuação unitária com a Frente Classista e Combativa. A intervenção porista se concentrou na defesa da proposta de que fosse aprovada uma carta de reivindicações, a ser imposta ao patronato e aos governos, que fosse uma resposta às necessidades elementares das massas. O POR criticou os desvios eleitoreiros e a subordinação do movimento ao Congresso Nacional, defendendo a via da independência de classe e o método da ação direta das massas.



## Pronunciamento do POR na concentração da Frente Classista e Combativa

Nesse quarto ato, a direção adicionou ao chamado “Fora Bolsonaro” as bandeiras contra a privatização e a defesa do emprego. Mas, a gente que está participando desde o início sabe que essas bandeiras servem apenas de adornos à campanha “Fora Bolsonaro”. Nas manifestações, na realidade, que vêm levantando as bandeiras de emprego, salários, direitos trabalhistas e contra a fome e miséria é o POR, juntamente com a Frente Classista e Combativa, portanto, quem está aqui. As manifestações continuam sendo eleitorais, dependem

dos desdobramentos da CPI da Covid, e estão voltadas à pressão ao Congresso Nacional. Portanto, têm como tática a troca de um governo burguês por outro governo burguês. Nada têm a ver com os interesses gerais da classe operária e demais explorados. Mas, usam o descontentamento da maioria oprimida para fazer demagogia com as bandeiras contra a fome e a miséria.

Hoje, estamos aqui na defesa de uma Carta de Reivindicações, que tem como centro a luta pelos empregos, salários, direitos trabalhistas, vacinação a todos

e contra a privatização. A aprovação dessa Carta implica a organização das assembleias presenciais, constituição dos comitês de base, a unidade de empregados e desempregados. A luta por essa Carta de Reivindicações se dá no terreno da independência de classe, e com os métodos próprios dos explorados (greves, manifestações, bloqueios). Essa é a tarefa de uma verdadeira direção classista.

Em seguida, o militante leu a Carta de Reivindicações, que foi aplaudida pelos presentes na concentração.

### São Paulo Fala POR no carro de som

Companheiros, o Partido Operário Revolucionário está presente mais uma vez nessa manifestação, trazendo uma proposta concreta a ser avaliada pelo conjunto dos trabalhadores e da juventude. Já chegou o momento de aprovarmos uma Carta de Reivindicações, que contenha as necessidades vitais dos explorados. Essa Carta responde ao problema do desemprego, dos salários, da fome e miséria, e da vacinação aos pobres. Ao mesmo tempo, mostra que não será com eleição, com uma frente ampla com partidos da burguesia, que vamos defender milhões da fome e da miséria. Mas sim por meio da ação direta, com os métodos próprios dos explorados. Daí a importância que as direções dos sindicatos e dos movimentos estudantil e popular convoquem assembleias e comitês de base presenciais, para organizar a classe operária e os demais trabalhadores para ganharem as ruas. Será, portanto, com o programa da classe operária que avançaremos em direção à estratégia própria de poder, que é a do governo operário e camponês. A gente quer o socialismo. E isso só virá pela revolução proletária.

### Caraguatatuba Manifestação festiva

O ato se realizou na Praça Cândido Motta, no centro da cidade. Foi organizado pela articulação de uma frente entre o PT, a Apeoesp regional e o Sindipetro-LP, além de movimentos sociais da classe média, sob a bandeira “Fora Bolsonaro”. Diferentemente do ato do dia 3, que possuía o mesmo conteúdo político, não contou com a participação do Sitricon na organização, o que prejudicou, já que não teve o seu caminhão de som.

A tendência de esvaziamento do movimento puramente eleitoreiro se confirmou, não tanto pela presença da classe média, mas sim pelo próprio abandono das burocracias, que dirigem as organizações sindicais. Abandono tático, pois, o intuito de desgastar o governo Bolsonaro já alcançou seu apogeu, com as denúncias de corrupção, que tanto horrorizam a moral da classe média brasileira. As jornadas “Fora Bolsonaro” tiveram êxito, porque foram engrossadas pela classe média, principalmente em São Paulo. Porém, como as eleições ainda estão muitos meses à frente, os burocratas dirigentes, nomeadamente os cutistas, não veem a necessidade de aprofundar as lutas.

Por isso, o ato se revestiu de um caráter festivo. A presença maior de movimentos sociais da região é prova de que há ódio de classe, porém está totalmente imerso na ilusão eleitoral, direcionado contra o governo fascizante de Bolsonaro, mas não contra a classe burguesa que o sustenta, e o Parlamento que avaliza seu governo em franca podridão. Estes movimentos se expressaram durante o ato, porém, sem falas políticas, se limitaram à expressão cultural, com batuques, palhaçadas, entremeados de gritos “Fora Bolsonaro!” e “Genocida!”. Reflexo da despolitização da classe média.

Houve falas, porém, foram prejudicadas pela ausência de aparelho de som adequado. A atuação do POR ficou muito prejudicada, nesse sentido. Mesmo assim, o Partido Operário Revolucionário se fez presente, com suas faixas e bandeiras, e defendeu a necessidade de organização nacional de um movimento voltado à defesa dos empregos, salários, vacinação geral dos brasileiros e contra as privatizações.



**Rio de Janeiro****É pelas reivindicações mais sentidas dos explorados que enfrentaremos a burguesia e seus governantes**

A manifestação no Rio de Janeiro não cresceu, ao contrário, deu mostras de desmobilização, tal como aconteceu em outras capitais. De forma geral, foi marcada pelo corporativismo dos blocos, pelo direcionamento para o impeachment e corrupção, a partir das denúncias da CPI, e pela capitulação das correntes dirigentes às determinações da polícia.

As direções políticas fizeram do ato uma correia de transmissão da CPI da Pandemia e, com isso, tentam soldar a frente ampla para a instalação de um novo governo burguês. Esta política é o que permite a participação de partidos burgueses como o PSB, PDT, PV e Novo (por meio do movimento Acredito). Tais partidos, que votam nas políticas de extinção de serviços públicos e empresas nacionais, em favor de multinacionais e do mercado financeiro internacional, materializado no ministro Guedes, só podem atuar nesse movimento, por ele não levantar as reivindicações mais sentidas das massas exploradas, como a defesa intransigente do emprego, do salário, dos direitos trabalhistas, etc.

A composição social geral do ato não foi alterada. Ainda que setores explorados tenham participado, o proletariado organizado a partir de suas assembleias de base, carregando suas reivindicações próprias, não esteve presente. A responsabilidade por essa debilidade fundamental nas manifestações por todo o país está inteiramente nas mãos das direções sindicais, que, apesar da volta quase completa à normalidade do trabalho, permanecem, em muitos casos, de portas fechadas. Um exemplo disso é o SEPE, que nem mesmo convocou a manifestação, e outros sindicatos que, quando muito, se fazem presentes apenas com diretores ou funcionários. A contradição, que deve ser compreendida pela vanguarda, está em que os partidos que dirigem o SEPE, por exemplo,

fazem parte da Campanha Fora Bolsonaro, mas, no sindicato, não convocam sua base para a luta.

Um conflito se destacou nessa manifestação. A polícia obrigou que só se ocupasse uma pista da Av. Presidente Vargas, e que não fosse até a Candelária, o que obrigou o carro de som a parar no meio da passeata, e iniciar o “comício” ali. Ao mesmo tempo, a polícia entrou no ato e começou a revistar alguns ativistas dos setores sociais mais explorados, a Casa Nem (que abriga pessoas LGBT), a FIST (Frente internacionalista dos sem teto, responsável pelo maior número de ocupações na cidade), o bloco Autônomo (constituído por diversos coletivos como o indígena, pré-vestibular social, etc). Esses coletivos tentaram se retirar do local e, quando passaram pela coluna do PCB, foram hostilizados, no que houve troca de insultos e agressões físicas, o que deu o pretexto para a PM prender um ativista que estava no bloco Autônomo. Uma confusão se estabeleceu, e mais de 50 policiais fardados entraram no ato, o que causou a dispersão de grande número de manifestantes. Enquanto isso, a direção da manifestação permaneceu impassível, tentando prosseguir com discursos que pouco eram ouvidos, e sem os oradores se referirem ao incidente.

O POR, embrionário na cidade, atuou com manifestos e jornais, onde apresentou a linha política desenvolvida pelo partido nacionalmente, que defende um amplo movimento com os métodos próprios da classe operária e demais explorados. É pelas reivindicações mais sentidas das massas exploradas que passará sua revolta, é na luta contra a miséria, contra a fome, contra a carestia de vida, contra o desemprego e subemprego, que colocaremos contra a parede, não só o governo burguês, militarista e fascista de Bolsonaro, como a burguesia de conjunto.

**Paraná****Limitação eleitoral esvazia as manifestações**

A manifestação organizada pelo Comitê Unificado de Londrina pelo “Fora Bolsonaro” foi menor e mais festiva que as anteriores. Refletiu as contradições e choques, que vêm ocorrendo na frente que comanda as mobilizações.

Predominaram os grupos identitários – coletivos feministas, LGBTs, negros, etc. – e o reformismo do PT, PCB, PCdoB e PSOL, com escassa diferenciação entre eles. Neste último ato, também se ampliou o caráter festivo, observando-se inclusive a incorporação de uma feira de diversos produtos – artesanato hippie, bazar de roupas e outros – e cantorias diversas, algumas com conotação religiosa.

Os sindicatos, que compõem o “coletivo de sindicatos”, coalizão constituída para organizar a greve de 2017, e que se mantém precariamente organizada, recuaram na sua participação, após o MP e a PM enquadrarem alguns dirigentes, pela sua participação na manifestação de 29/05. Nenhum deles abandonou o mundo virtual, e se recusaram a convocar assembleias e ações presenciais.

A Corrente Proletária/POR não compõe o Comitê Unificado. Tem participado distribuindo os manifestos do Partido e fazendo a propaganda dos materiais. Também está em curso um processo de aproximação da CPE com grupos autonomistas, que romperam com o Comitê Unificado, e procura uma via para expressar

suas divergências com a orientação eleitoral do comitê.

Em geral, observa-se que a limitação eleitoral imposta às mobilizações esgotou as possibilidades de ampliá-las, pois, a vanguarda dos partidos reformistas tropeça entre si, na medida em que o caráter puramente eleitoral aflora. Das manifestações, só tem participado a militância das correntes e os coletivos identitários – ou seja, a pequena-burguesia. Nesta última, até trouxeram um ônibus com membros do MST, que ficaram horas sentados na praça, ouvindo entediados os discursos identitários, apenas para fazer volume, evidentemente, pois, o MST não participa do Comitê Unificado, mas apoia o eleitoralismo do PT.

A classe operária e demais trabalhadores estão ausentes, e até os poucos burocratas sindicais que aparecem, quando intervêm, se manifestam em termos eleitorais.

A CPE/POR defende a ampliação e massificação das manifestações, mas incorporando a classe operária e outros setores explorados. Para isso, defende que as manifestações tenham como bandeiras a defesa dos empregos e salários, porque essa é a única forma de combater a fome e a miséria. A defesa dos empregos implica travar o combate à reforma trabalhista, à terceirização, às Medidas Provisórias de suspensão de contratos e redução salarial.

## Rio Grande do Sul

# Romper com o eleitoralismo para potencializar as manifestações de rua



A concentração estava marcada para as 15h, porém, às 14h, o centro da capital já começava a ser tomado pelas bandeiras da esquerda e, em pouco tempo, a Av. Borges de Medeiros ficou intransitável. Algumas lideranças fizeram falas no carro de som, antes no início da caminhada, como Luciana Genro, que exaltou a luta do PSOL na Assembleia Legislativa, na Câmara de Vereadores e na Câmara dos Deputados, e defendeu que não podemos permitir que Bolsonaro dispute as eleições e chegue ao segundo turno, devemos derrubá-lo agora, pelas forças das ruas. Não foi além da defesa de um novo governo burguês. Paulo Pimenta, presidente do PT no Rio Grande do Sul, saudou todos que estavam nas ruas, por não aguentarem mais a corrupção e o descaso, por desejarem vacina, emprego, dignidade e alegria, e que apenas a unidade popular pode mobilizar o país para pressionar o Congresso Nacional para derrubar o governo, e recomeçar um projeto que devolva a dignidade e a soberania para o povo brasileiro. Afirmou, assim, a subordinação das reivindicações à “democracia”, ou seja, às eleições. Houve uma manifestação em solidariedade à Cuba, quando queimaram a bandeira dos Estados Unidos, sob palavras de ordem que reivindicavam o fim do bloqueio econômico à ilha, e a autonomia dos países latino-americanos. Além disso, ocorreram muitas homenagens às mulheres negras assassinadas pelo Estado, como Marielle Franco, devido ao dia nacional da mulher negra, e ao dia da mulher afro-latinoamericana e caribenha. Utilizam-se da questão da mulher como base à panaceia eleitoral.

No final da marcha, tiveram mais algumas falas de lideran-

ças locais, como da vice-presidente da CTB-RS, Silvana Conti, dizendo que o Bolsonaro não é apenas um ladrão, um antipovo e um antipátria, mas também um machista, um racista e um lgbtfóbico. Procurou subordinar as reivindicações ao impeachment e eleições.

Participamos do ato com as nossas faixas, contra a subordinação das manifestações às saídas institucionais, exigindo a realização de assembleias presenciais, para organizar a luta por emprego, salário, vacina e em defesa dos direitos trabalhistas, e distribuimos o manifesto pela aprovação de uma Carta de Reivindicações e convocação de um Dia Nacional de Luta.

A composição social do ato ainda está limitada aos setores da classe média, principalmente estudantes universitários e o funcionalismo público, que são a esmagadora maioria. A classe operária tem ficado alheia ao movimento, porque a estratégia política das manifestações não busca de fato atender suas necessidades imediatas, apenas as utiliza para justificar sua oposição burguesa ao Bolsonaro, e porque a burocracia sindical, encarnada pelos mesmos partidos que desviam o movimento para o parlamento e para as eleições, se desdobra de mil maneiras para mantê-la longe da luta política nas ruas, por suas reivindicações mais sentidas. No Rio Grande do Sul, as grandes fábricas estão dispersas por cidades da região metropolitana e, principalmente, na serra gaúcha, onde os atos reuniram um número pequeno de pessoas, na maioria vinculadas de alguma forma ao PT e ao PCdoB ou partidos satélites, como o PCB, portanto, sob as bandeiras eleitorais.

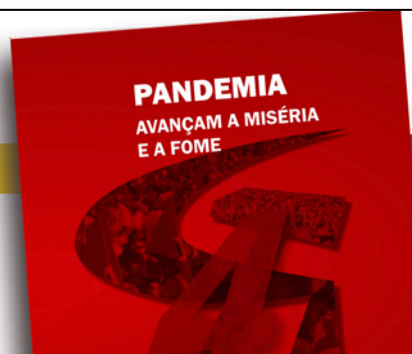
**Publicado o livro:**

## PANDEMIA

### AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



**R\$40**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**



**Recife****Embora massivo, mas ainda limitado à bandeira do “Fora Bolsonaro”**

O ato foi uma grande demonstração de disposição de luta. Com participação de diversos movimentos sociais e estudantis, partidos, sindicatos e centrais sindicais. Houve a participação de vários movimentos por moradia, trabalhadores rurais, camponeses e indígenas. As organizações marcharam em seus blocos, com cartazes que criticavam o preço dos alimentos, o corte de verba para a habitação, educação e saúde. Exigiam vacina para todos, denunciavam as ameaças autoritárias e a corrupção do governo. Praticamente todos defendiam que a solução é o “Fora Bolsonaro”, muitos já antecipavam a adesão à candidatura de Lula em 2022, e a juventude do PDT empunhou uma faixa com o nome de Ciro Gomes.

A frente ampla do Superpedido de Impeachment estava presente, com participação dos partidos burgueses, com destaque para o PDT e PSB. O ato contou com maior adesão de evangélicos, com a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, e da Coalizão Evangélica Contra Bolsonaro. Junto às bandeiras vermelhas e de outras cores dos partidos e movimentos, cresceu o número de bandeiras do Brasil, com destaque para os blocos do MST e PCB. A posição nacionalista burguesa, presente nessas organizações, no momento atual, se aflora na defesa do “diálogo” com o espectro mais à direita da política burguesa. Houve também a presença de bandeiras da Palestina e Cuba, com a denúncia da atuação do imperialismo e do Estado fascista de Israel.

O POR atuou com banca de materiais, distribuição do manifesto, venda do jornal Massas, e falas nos carros de som da UNE, Sintepe e CSP-Conlutas. Participou da marcha, junto com o Mangue Vermelho, onde procurou colocar em primeiro plano as reivindicações, com palavras de ordem como: “A nossa luta é todo dia, é por emprego, saúde e moradia”. Também defendeu o método da ação direta e a estratégia do governo operário e camponês.

A intervenção nos manifestos, conversas na banca e carro de som centrou-se na crítica à estratégia do “Fora Bolsonaro”, que não passa da troca de um governo burguês por outro. Apontou a necessidade da aprovação de uma carta de reivindicações, que expresse as reivindicações que unificam os explorados, focando na defesa dos empregos, salários, direitos e vacinação de todos, com urgência para os pobres e miseráveis. Para isso, é urgente a retomada das assembleias presenciais nos locais de trabalho, moradia e estudo. Além da obrigação das centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais convocarem plenárias unificadas, para construção de comitês de luta.

**Rondônia****Divisão burocrática e política do impeachment enfraquecem a mobilização**

O ato foi menor. As burocracias sindicais não se esforçaram na convocação da manifestação. Negaram-se a participar de uma frente de luta, em função de discordâncias com algumas correntes em torno à bandeira eleitoreira do “Fora Bolsonaro”. Novamente, se repetiu a divisão, que parecia ter sido superada. Em Porto Velho, as manifestações aconteceram em horários e locais diferentes. Pela manhã, reuniram o DCE, professores da Universidade Federal de Rondônia ligados ao Andes e ao Ifro, militantes da corrente política maoísta, da UFC e do POR. Os manifestantes percorreram diversas ruas do centro, mas contou com menor número, em relação à manifestação anteriores. Vários militantes se opuseram à bandeira da “Campanha Nacional do Fora Bolsonaro”, embora alguns poucos gritassem o “Fora Bolsonaro”, como que pedindo o fim desse governo. Ficou evidente que somente o POR expressou concretamente o rechaço à bandeira eleitoral do “Fora Bolsonaro”, levantando as reivindicações da maioria oprimida, por meio do Manifesto, das faixas e de seu pronunciamento.

No período da tarde, a burocracia, vinculada ao PT, MAB, Levante, CUT, CTB, PCdoB e Sintero realizaram uma carreta. Observa-se que foi também menor, e sem nenhum impacto junto à população.

Dentre as cidades do interior do estado, na Zona da Mata, apenas em Rolim de Moura foi organizado um pequeno ato pela Corrente Proletária/POR e ativistas vinculados à defesa da natureza. O protesto se limitou ao ato na Praça da Igreja Matriz.

Conclusão: a divisão em dois atos mostra o aparelhismo e o eleitoralismo dos burocratas das direções sindicais e políticas. Evidencia que essas direções continuam presas à política burguesa do isolamento social e à farsa das carreatas. E se recusam a convocar os trabalhadores e a juventude oprimida a ganharem as ruas em defesa de suas reivindicações vitais. A Corrente Proletária/POR comparece à manifestação se distinguindo da estratégia eleitoral do “Fora Bolsonaro”, e defendendo a unidade e as reivindicações dos explorados para enfrentar a burguesia e seus governantes.

## Surubim - PE

### Unir empregados e desempregados em torno à Carta de Reivindicações

No dia nacional de mobilizações, militantes do PSOL, do Movimento PPGE/UFPE na Luta, estudantes, professores e artistas se organizaram em um ato na cidade de Surubim, agreste pernambucano. O ato contou com baixa participação, mas os presentes expressaram que há uma vanguarda com disposição de luta. A panfletagem foi realizada pelos militantes presentes, e algumas faixas penduradas em praça pública. A realização dos atos, desde a véspera do 1º de maio, tem gerado incômodos nas burocracias sindicais e partidárias, ao verem surgir iniciativas por fora de seu controle. O movimento também tem despertado críticas de setores à direita, inclusive com aviso aos jovens para não se deixarem levar por professores marxistas.

Surubim é uma cidade cuja economia gira em torno do comércio, apesar disso, está próxima de cidades como Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, onde há grande produção têxtil, baseada em formas de superexploração da força de trabalho.

A classe operária da região, submetida ao desemprego, subemprego ou informalidade, porém, não foi chamada por suas direções para lutar por empregos, direitos e salários. Os sindicatos dos professores também não convocaram a categoria a ir às ruas, pois, consideram que seria uma contradição com o pleito de manutenção das aulas remotas. A luta corporati-

vista dos professores em torno da vacinação e da suspensão das aulas presenciais tem jogado essa categoria em profundas contradições, que a paralisam e isolam na luta.

A existência de assembleias virtuais, panfletagens chamando para o ato e formação política iniciada recentemente na cidade ainda não foram capazes de despertar o interesse das massas para os atos que têm ocorrido desde o dia 30 de abril, quando foi realizada a primeira mobilização em alusão ao 1º de Maio. Algumas forças do autodenominado “campo progressista” insistem em ignorar os atos, ao mesmo tempo em que atuam para miná-los, motivados pela ilusão eleitoral, alimentada por boa parte das burocracias sindicais e partidárias. É importante mencionar que algumas lideranças do PSOL só aderiram às manifestações no dia 24 de julho, quando o dia nacional de lutas se consolidou em várias cidades brasileiras.

O Partido Operário Revolucionário participou de um debate sobre a conjuntura nacional e a reforma administrativa, na semana anterior ao ato, e tem buscado se erguer também no interior de Pernambuco. Tem divulgado entre a vanguarda a defesa da necessária mudança de estratégia, rompendo com a linha burguesa do “Fora Bolsonaro”, e colocando em primeiro plano as reivindicações das massas para enfrentar a burguesia e seus governantes.

## Patos - PB

### Manifestações expõem a necessidade de pôr em pé o partido revolucionário

Patos – cidade do interior paraibano – voltou a participar da Campanha Nacional pelo “Fora Bolsonaro” e pelo “Impeachment”. Houve um crescimento no número de participantes e na duração do ato, não se nota, porém, mudança na linha política. Marcado pela presença da classe média empobrecida, que nas especificidades locais está ligada ao funcionalismo público em franca destrui-

ção, pela política privatista do governo Bolsonaro.

O ato foi capitaneado pelo vereador Zé Gonçalves (PT). Suas falas não escondem seu carreirismo político. Outras figuras de sindicatos locais mostraram comportamentos semelhantes, aproveitando-se do ato para propagandar suas candidaturas e seu oportunismo. Mesmo quando as falas

denunciavam as privatizações (com ênfase na companhia de saneamento da Paraíba), miséria das massas e o alto custo de vida, o faziam sob a linha da substituição do governo burguês de Bolsonaro por outro governo burguês, alimentando as ilusões na CPI e eleições. Permanece a necessidade de construir o partido operário revolucionário na região nordeste.

**Publicado o livro:**

## RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

**As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social.** As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



**R\$ 35**

**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR**

**Ceará****Fortalecer a luta pelas reivindicações vitais**

O dia nacional de mobilização ocorreu em pelo menos 16 cidades do estado, mas teve menor adesão, em comparação ao 3 de julho. Em Caucaia, a maior cidade da região metropolitana de Fortaleza, houve, pela primeira vez, ato de rua, ao invés da tradicional carreta.

Em Fortaleza, a concentração foi novamente na Praça Portugal, região nobre da cidade. Na manifestação anterior, a argumentação dos organizadores foi a de tentar ganhar o apoio da classe média para a campanha pelo “Fora Bolsonaro”. Na atual, um dos argumentos foi o de solidariedade ao padre Lino Allegri, atacado por bolsonaristas, dias antes do ato.

Novamente, predominaram as bandeiras de “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”, assim como a completa ausência das reivindicações em defesa da vida dos explorados. A burocracia sindical, agrupada em inúmeros blocos, responsabilizou o governo pelas 550 mil mortes, e defendeu que somente com a saída de Bolsonaro seria possível reverter o quadro de mortandade, e resgatar a esperança do povo brasileiro. Mal foi levantada a bandeira de auxílio emergencial de fome dos R\$ 600,00. Nenhuma palavra contra as privatizações ou pela anulação das contrarreformas. O bloco combativo compareceu organizado, com suas faixas e bandeiras. Embora enfraquecido numericamente. Interveio com a linha de independência política frente aos governos e burguesia; defendeu os empregos, salários, direitos, e a não à subordinação das lutas às eleições e disputas parlamentares. O POR interveio no interior do bloco, com a defesa de que é preciso rechaçar a bandeira burguesa e antidemocrática do impeachment, que leva à substituição de um



governo burguês por outro, e a necessidade de um governo próprio dos explorados, o governo operário-camponês.

Essa manifestação assinalou um esgotamento dos atos convocados sob a pauta do impeachment. A ausência da classe operária e das reivindicações de defesa da vida das massas limita a extensão e o conteúdo político das manifestações. A maior ou menor participação da classe média tem estado condicionada ao avanço das disputas interburguesas no Congresso, assim como ao rumo da crise no seio do governo.

A tarefa da vanguarda consciente é a de se contrapor à política reformista e burguesa de limitar o descontentamento das massas ao objetivo eleitoral e colaboracionista. O Bloco Combativo e o POR trabalham para desenvolver no seio dos explorados as bandeiras que permitam a organização dos trabalhadores e da juventude, sobre a base das reivindicações vitais, do método da ação direta e defesa da independência de classe.

**Rio Grande do Norte****Aprovar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios**

O ato ocorreu com concentração no shopping Midway, dessa vez caminhando até o Natal Shopping. Contou com cerca de 2.500 pessoas, número um pouco menor que o anterior. O que demonstra que a bandeira do “Fora Bolsonaro” (Impeachment) se vem esgotando, e dando lugar aos acordos eleitorais para 2022. Os esvaziamentos dos atos provocaram reações por parte das burocracias, que usaram o termo “cansaço”, para defenderem “espaçamento maior” ou “adiamento” das manifestações.

Isso mostra a urgência do movimento em romper com a bandeira burguesa do Impeachment, e em levantar as reivindicações dos explorados, como estabilidade no emprego, readmissão dos demitidos, reajustes de acordo com a inflação, auxílio emergencial suficiente para uma família, a aceleração da vacinação entre os pobres e miseráveis, etc. É nesse sentido que o POR esteve presente no ato, distribuindo o seu manifesto, que defendia uma carta de reivindicações com proposta para ser aprovada pelo movimento, e entregue ao governo Bolsonaro, governadores e patrões. O POR atuou também com palavras de ordem, faixas e bandeiras, marchando com sua coluna no interior do Bloco Combativo.

Segue a fala do POR no carro de som, no momento da concentração do ato: “Saudações companheiros! Já está muito claro qual é o conteúdo do “Fora Bolsonaro”. O Impeachment é nada mais do que trocar um governo burguês por outro. A nossa unidade de ação não tem de ser com o PSDB, PDT, portanto, com nenhum partido da burguesia. A nossa unidade de ação tem de

ser com a classe operária, com os camponeses, com os trabalhadores informais e com os demais explorados. Porque a fome, a miséria e o desemprego não esperam que a CPI e o parlamento decidam se Bolsonaro vai sair no próximo mês ou no próximo ano. O desemprego, a miséria e a fome precisam ser resolvidos agora. São 19 milhões de famílias passando fome, e não querem saber o que vai acontecer amanhã, mas querem resolver seu problema agora. Por isso, que é necessário que esse movimento construa a unidade com os explorados. E, para isso, é preciso aprovar uma carta de reivindicações, que dê respostas imediatas ao desemprego, a fome e à miséria. É necessário defender o emprego a todos. Unir empregados e desempregados numa só luta, pela reabertura dos postos de trabalho fechados. Pelo aumento salarial de acordo com a inflação, porque o custo de vida está aumentando cada vez mais, e o trabalhador não consegue se alimentar, tem de escolher se se alimenta ou se paga o aluguel. Companheiros, é necessário aprovar uma carta de reivindicações, que responda aos ataques que a burguesia tem realizado contra as ocupações. Por um plano de construção de moradias populares, que garanta moradias para todos. É necessário exigir um auxílio emergencial que cubra de fato as necessidades, porque 600 reais, 250 reais, é uma miséria. É preciso responder a essa vacinação, que continua lenta nos bairros pobres e miseráveis. É necessário aprovar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para aí, sim, fazer frente ao governo Bolsonaro e à burguesia em seu conjunto!”



Décima segunda Carta do Partido Operário Revolucionário

**Aos Trabalhadores e à juventude oprimida**

# É necessário mudar urgentemente a estratégia política das manifestações

26 de julho de 2021

Está claro que a 4ª mobilização nacional, 24 de julho, indicou a disposição de luta de amplas camadas da população contra o governo Bolsonaro. No entanto, indicou também a sua limitação, quanto ao objetivo de atingir a coluna vertebral do governo ultradireitista, antinacional e antipopular. Esse é o ponto central de um balanço rigoroso e necessário. Somente assim, é possível chegar a conclusões, que sirvam para dar um passo à frente na ação direta das massas, e transpor a estagnação evidenciada.

É claro que se pode argumentar que, em alguns estados, se passou o contrário, com o aumento do número de manifestantes, e que, inclusive, cresceu a quantidade de cidades em que as manifestações romperam a passividade. Trata-se de avaliar de forma geral a jornada de luta, que se iniciou em 29 de maio, com uma grande manifestação. O segundo embate contra o governo, em 19 de junho, confirmou as tendências da ação coletiva dos explorados. Em seguida, apareceram sinais de limitação.

*O ódio crescente, que se fermentou no interior da população, contra o governo que comparece imediatamente como sendo o maior responsável pela tragédia da Pandemia e suas consequências econômicas, reacende velhas ilusões democráticas, de que a solução é trocar o governo burguês rejeitado por outro, uma vez que a revolução proletária se acha em grande atraso e muito distante, devido à crise de direção revolucionária.*

Essa constatação deve ser acompanhada da identificação da composição social das mobilizações, de um lado; e da diretriz política, determinada e desenvolvida pela direção, que é constituída de uma frente de partidos, centrais sindicais e movimentos, de outro. Quanto à composição social, têm predominado camadas da classe média, principalmente da pequena burguesia urbana. Entre essas camadas, destaca-se a presença da juventude oprimida. Nota-se, portanto, a ausência da classe operária. Quanto à diretriz política, o movimento tem sido condicionado pela bandeira estratégica de “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Mas são indisfarçáveis os interesses eleitorais da direção majoritária, em potencializar a polarização entre o candidato Bolsonaro e Lula. Como se vê, há uma íntima relação entre a base social do movimento e a estratégia política ditada pela direção.

O ódio crescente, que se fermentou no interior da população, contra o governo que comparece imediatamente como sendo o maior responsável pela tragédia da Pandemia e suas consequências econômicas, reacende velhas ilusões democráticas, de que a solução é trocar o governo burguês rejeitado por outro, uma vez que a revolução proletária se acha em grande atraso e muito distante, devido à crise de direção revolucionária.

O semeeiro das ilusões democráticas se encontra na pequena burguesia arruinada. A sua camada alta, ao contrário, tende a posições antidemocráticas e fascizantes.

O PT, depois da vertiginosa queda, com o impeachment de Dilma Rousseff, se reergue na sombra da decomposição prematura do governo Bolsonaro, que, originariamente, pretendia se impor como uma ditadura bonapartista. Em torno ao PT, orbitam partidos da oposição, como PCdoB, PSOL, PCB, UP. E, em parte, PDT e PSB. Na órbita ideologicamente mais distante, se encontram correntes centristas, como PCO e PSTU (desconsideramos outras correntes centristas de menor importância). É o que explica a constituição de uma frente guiada pela estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Nenhuma importância tem, o fato de cada um dos participantes procurar dar um conteúdo particular a essas bandeiras, uma vez que a sua essência está no caráter estratégico, concreto, de mudar um governo burguês por outro. As pretendidas diferenças estão voltadas a canalizar as ilusões democráticas da pequena bur-

guesia, ou para posições abertamente eleitoreiras, ou para um revolucionarismo abstrato. A substância da bandeira “Fora Bolsonaro”, no momento, é a do impeachment. Posteriormente, poderá ser a das eleições.

A tentativa de injetar a intenção de derrubar o governo nas ruas, por meio da “Campanha Nacional Fora Bolsona-

ro”, não passa de uma impostura mascarada de esquerdista. Os conflitos internos a essa frente são completamente circunstanciais, diante da unidade estratégica em torno ao “Fora Bolsonaro e Impeachment”. É o que assistimos, nas últimas semanas, com a empanurrada discussão a respeito do “entreviro” entre PCO e PSDB, que, agora, na manifestação de 24 de julho, se esfumou, inclusive, sob um termo de compromisso de PCO com a polícia, Defensoria Pública, etc., de não fustigar os peessedebistas. O que aliviou as tensões dessa corrente com os demais aliados estratégicos da campanha “Fora Bolsonaro e Impeachment”, ou seja, PT, PCdoB, PSOL, PCB, PSTU, etc.

A direção majoritária manifestou seu objetivo de alargar a frente, cedendo espaço das manifestações ao PSDB e a todas as frações dos grandes partidos da burguesia, que já não concordam unanimemente com a continuidade do apoio a Bolsonaro, e que não pretendem ficar na penumbra da campanha pelo impeachment. Eis por que o “entreviro” entre militantes do PCO e do PSDB foi condenado, veementemente, por uma parte da direção sindical e política, liderada pela Força Sindical. Essa é a via, por enquanto, para ampliar o crescimento das manifestações. Nota-se que a presença de um contingente do PSDB,

PDT, PV, PSB e Rede, do denominado “Bloco Democrático”, não se converteu em maior número de manifestantes.

Não há que desconsiderar o fato de a CPI da Covid ter entrado em recesso. O entrevero da imprensa com Bolsonaro, denunciando o ataque do ministro da Defesa, general Braga Neto, acompanhado dos comandantes das Forças Armadas à CPI, e a ameaça ao Congresso Nacional, para que atendesse à exigência de substituir o voto eletrônico pelo voto auditável nas urnas, por sua vez, não serviu para ampliar as manifestações do “Fora Bolsonaro”. A direção sindical e política recorreu à bandeira de “defesa da democracia”. Uma enorme convocação foi desfechada, tudo indica a maior de todas. As massas, porém, não se convenceram sobre a possibilidade de um golpe, principalmente observando a cúpula militar do governo declarar-se fiel à Constituição. De fato, porta-vozes da própria oposição burguesa reconheceram que se trataria de uma aventura, qualquer que fosse a tentativa de fechar o Congresso Nacional, em função do conflito em torno às urnas eletrônicas. De maneira que o palavreado em “defesa da democracia” se anulou em si mesmo. O resultado foi que as manifestações em todo o país não saíram do mesmo terreno e da mesma toada do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Se não fossem as ações paralelas de agrupamentos autonomistas, em São Paulo, não haveria assunto para a imprensa, e bate-boca nas redes sociais.

Sob a pasmeira dos repetidos discursos contra Bolsonaro e o choque final da polícia com os autonomistas, veio à tona o termo de conduta negociado entre várias correntes da “Campanha Fora Bolsonaro” e a Polícia Militar do estado de São Paulo, Defensoria Pública, OAB, etc. Até então, não se havia publicado um documento dessa natureza, envolvendo a UNE, PCB, PSDB, UMES, CSP, Bengala Voadoras e PCO, segundo a própria ata de reunião do 11º Batalhão da PM. A importância desse fato está em que se tratou do problema do entrevero com o PSDB, de um lado; e da organização da manifestação, em que se determinou uma previsão de início e conclusão, bem como um posicionamento dos inúmeros carros de som, de outro. Em um dos itens, é dito que “as vias públicas não devem ser obstruídas à revelia pelos manifestantes”. Essa regulamentação, sem dúvida, atinge o direito de manifestação e organização dos explorados, diante do Estado burguês e da ditadura de classe da burguesia. É inadmissível que a polícia e as organizações estatais e civis, que servem à ordem capitalista, determinassem como deve ser a manifestação.

O acordo estabelecido e assinado pelas organizações estudantis, sindicais e partidárias é contrário às liberdades democráticas. Não cabe ao Estado e seu braço armado terem acesso à organização, ao funcionamento e à composição política das manifestações dos explorados. O enquadramento de PCO em relação ao PSDB, baseado no conflito da manifestação de 3 de julho, não deixou de ser uma ação política repressiva. O POR tratará desse aspecto em uma nota específica. Aqui, se trata de rechaçar a ingerência da polícia na organização, por qualquer motivo aventado, em um movimento que cabe apenas aos participantes decidirem o que fazer. Trata-se de defender a soberania das massas em luta diante do Estado.

É obrigatório explicar e entender por que a Campanha Nacional do Fora Bolsonaro chegou a esse ponto. A resposta se encontra na estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impea-

chment”. Ela condiciona o movimento das massas à democracia burguesa, portanto, às suas instituições. Assim, deve ter um caráter disciplinado pela legalidade e pelos ditames da política burguesa. A direção sindical e política estabeleceu o curso das manifestações de acordo com a Constituição, que prevê o impeachment, e determina as condições políticas de sua realização.

O próprio formato das manifestações, principalmente em São Paulo, em blocos de partidos e organizações sindicais e populares, expressa um corporativismo interno, que disciplina os manifestantes. Os inúmeros carros de som funcionam como um aparato, que secciona e estanca a manifestação, na forma de comícios eleitorais, ou como instrumento de festividade. As diferenças se diluem por detrás da bandeira estratégica do “Fora Bolsonaro e Impeachment”.

***As ações dos autonomistas, por se darem paralelas e à margem do movimento de massa, concluem isoladas e sem transcendência política, para a luta interna ao movimento por sua independência, por reivindicações e estratégia próprias do proletariado.***

As ações dos autonomistas, por se darem paralelas e à margem do movimento de massa, concluem isoladas e sem transcendência política, para a luta interna ao movimento por sua independência, por reivindicações e estratégia próprias do proletariado. Ao contrário de enfraquecer a diretriz legalista e institucional da direção e das correntes capituladoras, as ações paralelas e individuais acabam por fortalecê-las, diante dos manifestantes que se mantêm atados à estratégia burguesa, sem ter como compreendê-la. A violência das massas contra a opressão da burguesia e de seu Estado é própria da luta de classes, por isso, não há como superar artificialmente seu comportamento social pacífico, quando estão sob a direção reformista e pacifista. A tática dos autonomistas, de se ocultarem no seio do movimento, valendo-se da existência de blocos estanques, se revela cada vez mais oportunista e frágil.

Observa-se que, na outra face dessa moeda, está o formato aparelhista dos blocos, que fraciona as massas, impedindo sua coesão combativa. As festividades e as performances dissolvem o caráter de enfrentamento da manifestação com os exploradores e seus governantes.

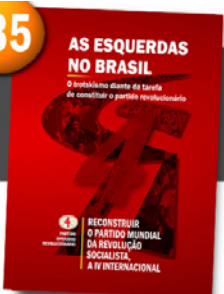
Essas duas faces da moeda ficaram mais visíveis no dia 24 de julho. Mas não são duas faces que têm o mesmo valor. A do oportunismo, que sustenta a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”, é a que condiciona o curso dos acontecimentos. Eis

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

**AS ESQUERDAS NO BRASIL**

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



por que, no fundamental, na estratégia, se concentra a crítica programática e tática do POR. É claro que, quando os autonomistas usam taticamente a Frente Classista e Combativa, da qual o POR faz parte, criam uma confusão prejudicial à nossa luta para se diferenciar do reformismo e do oportunismo, que conduzem o movimento ao beco sem saída da institucionalidade burguesa.

No longo período de passividade das direções sindicais e políticas, que se submeteram à política burguesa do isolamento social, o POR lutou contra essa forma de colaboração de classes, defendendo a convocação de assembleias presenciais, a formação de comitês de base, a retomada da luta de massa, o fortalecimento da resistência operária ao fechamento de fábricas, e reagindo nacionalmente às privatizações. Teve particular importância a intervenção no movimento de resistência ao fechamento da Ford e LG.

A partir das condições objetivas de existência da classe operária e dos demais explorados, o POR estabeleceu a linha de erguer um movimento pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal. Levantou a bandeira de convocação, pelas centrais e movimentos, de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Assim, se abriria caminho à luta organizada da classe operária, e se preparariam as condições para a greve geral. Essa linha foi estabelecida muito antes do dia 29 de maio, e defendida praticamente no 1º de Maio presencial, na Praça da Sé, momento em que se formou a Frente Classista e Combativa.

A quebra da passividade das direções sindicais e políticas não foi para pôr em pé um movimento de massa em defesa de um programa próprio de reivindicações dos explorados, por onde se chocaria com os capitalistas e com o governo Bolsonaro. Ao contrário, apenas se mudou a forma da mesma política de colaboração de classes, amarrando o movimento à camisa de força da estratégia burguesa do impeachment e das eleições. Assim, as reivindicações mais urgentes da maioria oprimida foram subordinadas ao objetivo estratégico alheio e oposto ao do proletariado. O movimento pequeno-burguês não tem como, isolado da classe operária organizada, confrontar Bolsonaro no terreno da luta de classes.

***A experiência foi demonstrando que a defesa da estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro” se contrapunha, na prática, à defesa do programa de reivindicações da classe operária e dos demais trabalhadores. Passo a passo, os marxista-leninista-trotskistas foram expondo e trabalhando na convocação das manifestações com base nas reivindicações vitais das massas, na independência política e no método da luta de classes.***

O POR foi obrigado a constituir uma frente, embora ultra-limitada, em defesa do programa próprio, e da rejeição à estratégia burguesa, devido ao alinhamento generalizado das esquerdas à bandeira do “Fora Bolsonaro”. Todas que estão na Campanha Nacional Fora Bolsonaro, sem exceção, se negaram a se pronunciar contra ou a favor à convocação de um Dia Nacional de Luta, preparado por assembleias e formação de comitês de empregados e desempregados. Ignorar essa defesa do POR foi uma conduta típica do oportunismo e do aparelhismo.

A experiência foi demonstrando que a defesa da estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro” se contrapunha, na prática, à defesa do programa de reivindicações da classe operária e dos demais trabalhadores. Passo a passo, os marxista-leninista-trotskistas foram expondo e trabalhando na convocação das manifestações com base nas reivindicações vitais das massas,

na independência política e no método da luta de classes. Nesta 4ª manifestação, o POR concentrou sua atenção na defesa de uma Carta de Reivindicações, que deveria ser aprovada nas manifestações e conduzida para um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como parte da preparação da greve geral.

Um balanço sério e honesto dos acontecimentos ocorridos neste período de Pandemia e de avanço da crise social exige das correntes que apresentem um balanço particular de sua própria política. É o que o POR tem feito, como parte ativa do movimento, desde antes da quebra da passividade das direções em 29 de maio. Nossa linha está à vista de todos, pode ser analisada e criticada à

luz dos acontecimentos pelas demais correntes. Se não o fazem, é porque necessitam ocultar sua própria política oportunista.

O movimento chegou ao ponto em que um balanço objetivo leva à conclusão de que é preciso urgentemente mudar a linha, libertando-se da estratégia burguesa, e edificando a estratégia proletária, que se assenta na organização independente dos explorados sobre a base de suas reivindicações e de seu método próprio de luta.

*Comitê Central do Partido Operário Revolucionário*





## Nota do Partido Operário Revolucionário sobre o acordo de partidos e direções sindicais/estudantis com a Polícia Militar do estado de São Paulo

28 de julho de 2021

Na Décima Segunda Carta do POR aos trabalhadores e à juventude oprimida, apresentamos nosso balanço das manifestações de 24 de julho, e indicamos que publicaríamos uma nota específica sobre a reunião realizada pela Polícia Militar, Defensoria Pública, etc. com partidos, direções sindicais e estudantis. A publicação da Ata pelo 11º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano revelou a existência de um acordo, de um termo de conduta. Estiveram presentes na reunião de 21 de julho, na sede do CPA/M-1, as seguintes organizações, que participariam da manifestação de 24 de julho, na Av. Paulista: UNE, PCB, PSDB, UMES, CSP-Conlutas, Bengalas Voadoras e PCO. Ao lado da polícia, destacaram-se organizações como Defensoria Pública e OAB, certamente na condição de mediadoras e testemunhas dos termos do acordo.

A Ata foi publicada com as assinaturas dos participantes. Segundo o documento, no ponto 2, a convocação de *“lideranças dos movimentos sociais”* foi mais ampla do que as sete organizações que compareceram. Não sabemos se o PT, PSOL, MTST etc. deixaram de comparecer, ou realizaram à parte uma reunião com a polícia. No ponto 3, se diz que *“foram lidos os termos da legislação, jurisprudência e doutrina que regulamentam as manifestações públicas”*. Portanto, o pressuposto foi o de que a reunião estava resguardada pela legislação e convenções burguesas. Os presentes estavam conscientes da natureza geral da reunião. Para se ter uma ideia do que foi lido para as organizações que atenderam ao chamado da PM, o Decreto Estadual nº 64.074, de 2019, diz que é obrigatório comunicar previamente *“sempre que a reunião objetivar a participação de mais de 300 pessoas (...) com no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência”*. Nessa linha, o Decreto impõe uma série de restrições, em nome da *“liberdade de manifestação”*. Lidos os termos gerais da Declaração e Convenção dos Direitos Humanos, seguidos de uma série de decretos, como o que acabamos de sintetizar, passou-se ao conteúdo e objetivo da reunião.

A polícia quis saber se o movimento era de *“situação”*, *“oposição”* ou *“neutro”*. Evidentemente, todos estavam pelo *“Fora Bolsonaro”*, logo era de oposição. A pergunta formal e capciosa teve o seu motivo, que veremos logo mais. No ponto 5 da Ata, a polícia quis saber sobre atos à parte, que estavam sem notificação. Entre eles, referiu-se a *“um terceiro na Praça do Ciclista”*. A Ata não expõe o conteúdo das respostas, mas ficou evidente que as organizações presentes não reconheceram o *“bloco”* da Frente Classista e Combativa, que se reúne pouco antes do início da manifestação, na Praça do Ciclista, para expressar uma posição própria e distinta da estratégia burguesa do *“Fora Bolsonaro e Impeachment”*, defendendo o programa próprio de reivindicações dos explorados. Essa atitude política foi discriminadora, uma vez que os manifestantes que se reúnem nessa praça fazem parte, não só da manifestação em si, como de sua convocação, principalmente, nos corredores fabris. A discriminação exigida pela polícia acabou levando a um *“amplo consenso”* sobre local, horário, percurso e encerramento da manifestação. O que mais chama a atenção, porém, foi a disposição dos carros de som, onze na sua totalidade, e, assim, dos blocos. O acesso à Ata nos permitiu ver até que ponto

chegou o detalhamento do acordo da polícia com as organizações. O ponto 7 serviu apenas para certificar os organizadores sobre determinadas restrições, entre elas, *“as vias públicas não devem ser obstruídas à revelia pelos manifestantes”*. Até esse ponto, o interesse da polícia foi o de controlar, o máximo possível, a disciplina de uma manifestação, que não poderia se chocar com as leis cerceadoras da ação das massas.

O ponto 9 da Ata, refletiu um problema particular que havia ocorrido na manifestação de 3 de julho. Dada a importância, reproduzimos: *“Considerando que, em manifestação anterior, o PSDB foi hostilizado, inclusive com queima de bandeiras do partido e, na presente reunião, consta a previsão de participação do PSDB no #24J, e tendo em vista a ordem judicial que proíbe o antagonismo (oposição/situação), foi questionado a todos os movimentos sobre se a presença do PSDB significaria antagonismo. O PCO foi o único que disse que há antagonismo ideológico/partidário, mas, que isso não pressupõe que há violência. Diante do impasse, o Dr. Arnobio, da OAB, o Dr. Davi, da Defensoria, e o Dr. Alberto, da Ouvidoria, em conjunto com a Sr.a Carolini, do PSDB, e Sr. Rafael, do PCO, reuniram-se às 10h47, à parte em outra reunião para mediação do impasse, com pausa para os demais, e dialogaram sobre. No retorno, às 11h24”*. Assim continua a Ata no ponto 9.1. *“Dada a palavra ao Dr. Arnobio, da OAB, afirmou que a decisão judicial diz expressamente que não pode haver no mesmo local manifestações antagônicas (oposição/situação – ao governo Bolsonaro). Acordou-se que não há intenção do PCO e PSDB de atos de conflito, sendo pedido mudança de posicionamento dos caminhões para haver distância entre eles (colunas, para não haver choques)”*. E continua no ponto 9.2. *“Dada a palavra ao Dr. Davi, da Defensoria, pediu para constatar que na conversa de mediação que PCO e PSDB são de oposição e que as divergências político-partidárias não significam que haja qualquer orientação para violência física ou de qualquer outra natureza, sendo que ambos partidos repudiaram episódios pontuais de violência ocorridos no último ato”*. No ponto 9.3., *“Dada a palavra ao Dr. Alberto, da Ouvidoria, afirmou que na reunião ambos partidos repudiaram o ocorrido na manifestação passada e que não há responsabilidade individualizada por atos que devem ser contidos pela polícia, sendo notadas táticas de infiltrações na manifestação”*. No ponto 9.4., *“Dada a palavra a Sr.a Carolini, do PSDB, agradeceu a todos que mediarão e ao PCO, reiterando que não haverá qualquer tipo de embate, não há por parte do PSDB qualquer tipo de antagonismo, seja qual for, e o Presidente do Diretório Municipal irá destacar com todos os afiliados, reiterando gratidão ao PCO que foi muito cordial para com o PSDB, nessa mediação”*. E, finalmente, no ponto 9.5., *“Dada a palavra do Sr. Rafael, do PCO, afirmou que existem divergências políticas notórias, o PCO se compromete a não dirigir nenhum tipo de ato violento ou de agressão contra o PSDB, mas o PCO não tem como assumir qualquer responsabilidade sobre atos cometidos por indivíduos nas manifestações”*.

A participação de PCO na reunião causou surpresa, considerando que criticou, corretamente, no passado recente, um acordo da Frente Povo Sem-Medo, de Guilherme Boulos, com a polícia e Ministério Público, em que se determinou que partidos opositores estavam impedidos de fazer manifestação no mesmo local. O fundamental dessa proibição está em que atenta contra a liberdade

de manifestação. Não cabe ao Estado decidir quem pode e quem não pode se manifestar. Esse propósito intervencionista, evidentemente, motivou a reunião de 21 de julho. Os termos da Ata, acima reproduzidos, não deixam dúvidas de que o conteúdo foi de ingerência da polícia na manifestação de 24 de julho.

A FOB publicou uma crítica a essa reunião, em 23 de julho. PCO respondeu, três dias depois, dizendo que se tratava de uma calúnia dos anarquistas, uma vez que não houve nenhum acordo. Não nos cabe entrar no mérito da crítica da FOB. Tão somente rechaçamos a acusação de que houve uma calúnia. O ponto de partida da discussão é se a reunião e seu resultado exigiam ou não uma crítica classista. PCO tinha a obrigação de repudiar os termos da Ata. Somente assim, qualquer que fosse a crítica poderia ser qualificada de caluniosa.

No comunicado *“PSDB vai à manifestação e manda a polícia reprimir a esquerda”*, de 27 de julho, PCO se dedica a demonstrar o caráter reacionário do PSDB, que é sobejamente conhecido. O sentido das denúncias é o de afirmar a seguinte posição: *“(…) mesmo contra a vontade absoluta das massas que rejeita estes elementos e que mostraram isto expulsando o PSDB no ato de 3 de julho ou apoiando a expulsão”*. O problema está em que PCO não faz referência à reunião com a polícia, e faz de conta que não tem nenhuma importância a Ata que compromete a sua atitude favorável à expulsão do PSDB da manifestação. Repetimos o termo típico de um acordo: *“acordou-se que não há intenção do PCO e PSDB de atos de conflitos, sendo pedido mudança de posicionamento dos caminhões para haver distância entre eles (…)”*.

---

***Um marxista sabe que o antagonismo entre a política proletária e a política burguesa tem em sua essência a luta de classes, portanto, a violência revolucionária e a reacionária. Somente uma política de conciliação de classes pode admitir a convivência pacífica entre a política proletária e a burguesa.***

---

Na nota de 28 de julho, *“Ninguém chuta cachorro morto”*, PCO denuncia uma série de acusações, desde o seu *“entrevero”* com *“pessoas ligadas ao PSDB”*, na manifestação de 3 de julho, consideradas como parte de uma campanha de difamação. Tudo indica que tem razão em se defender de várias imputações não demonstradas pelos seus opositores, algumas típicas de mentes policialescas. Em meio a um rosário de reclamações sobre a difamação, arrola a referida reunião com a Polícia Militar. Mais uma vez, não renega os termos conclusivos da reunião. De maneira que podemos concluir que PCO procura ocultar o seu erro político, sob a denúncia generalizada de que é vítima de calúnias. E que a crítica da FOB faz parte dessa ação condenável. Ao misturar acontecimentos e resultados distintos, PCO recorre a amálgama como método de defesa.

Na resposta à FOB, PCO faz a seguinte pergunta: *“Afinal o que são as tais reuniões?”* Resposta: primeira consideração, é que são normais e puramente administrativas; segunda, reconhece que *“há uma tentativa de interferir na manifestação”*. Conclusão: logo PCO tem como *“um dos objetivos (….) justamente impedir que isso aconteça”*. Se PCO considera este tipo de reunião corriqueira, mas também acha que existe uma objetivo de interferência policial, e que participou para evitar qualquer interferência, tinha a obrigação de rechaçar os

termos da Ata que demonstram a interferência. Não se trata de uma discussão abstrata se os organizadores da manifestação podem ou não acatar um chamado de reunião pela polícia e organismos ditos de direitos humanos. O que PCO tem de responder é quanto ao objetivo concreto da reunião e à conclusão.

Segundo depreendemos da Ata, três pontos são fundamentais: 1) o reconhecimento pela polícia dos caminhões de som e dos respectivos blocos, que consta nos pontos 4 e 5; 2) um termo de proibição, ponto 7.3; 3) a hostilização do PSDB. No primeiro, estabeleceu-se uma ordem para os carros de som, de maneira que foi *“pedido mudança de posicionamento dos caminhões para haver distância”* entre PCO e PSDB, apesar de se ter chegado à conclusão de que não haveria conflito. No segundo, vem a proibição: *“as vias públicas não devem ser obstruídas à revelia pelos manifestantes (…)”*. Nesses dois pontos, os representantes de partidos e organizações sindicais concordaram com a interferência da polícia na disposição dos blocos, no reconhecimento de cada um, no trajeto, no início e término da manifestação. Finalmente, a determinação para que a manifestação não descumprisse o roteiro determinado. Não pode haver dúvida de que se tratou de uma interferência, ainda que com o consentimento dos participantes.

A intervenção ficou mais explícita ainda ao se tratar do conflito com o PSDB. Foi exigido do PCO o compromisso de que não se repetiria o episódio de 3 de julho. Na reunião de conciliação à parte, se chegou ao denominador comum a ambos os partidos (PCO e PSDB) de repudiarem episódios pontuais de violência, ocorridos na última manifestação. Neste caso, houve uma retratação política de PCO, quanto à defesa anterior, feita contra aqueles que condenaram a *“agressão”* a participantes do PSDB em 3 de julho.

É nesses termos que o POR denunciou a participação de PCO na reunião com a Polícia Militar, na Décima Segunda Carta aos Trabalhadores e à Juventude Oprimida. Há, sem dúvida, um termo de acordo, que tem por conteúdo não se chocar com o PSDB, e acatar a norma política de que a ordem judicial *“proíbe o antagonismo (oposição/situação)”*. PCO, distintamente dos demais participantes, afirmou seu *“antagonismo ideológico/partidário”*, mas admitiu que *“isso não pressupõe que haja violência”*. Esse foi o malabarismo verbal para chegar ao acordo de que não se repetiriam os acontecimentos da manifestação passada. Um marxista sabe que o antagonismo entre a política proletária e a política burguesa tem em sua essência a luta de classes, portanto, a violência revolucionária e a reacionária. Somente uma política de conciliação de classes pode admitir a convivência pacífica entre a política proletária e a burguesa.

Na Nota sobre o conflito com o PSDB, o POR se colocou ao lado do PCO contra a horda que o condenou por ter se confrontado com esse partido reconhecidamente capitalista e opressor dos explorados. E foi obrigado a expor as contradições da política oportunista de PCO. Em síntese, esse partido se submeteu à estratégia burguesa do *“Fora Bolsonaro e Impeachment”*, e tem por diretriz pleitear que as manifestações se deem em torno à candidatura de Lula. É quixotesco pretender, com tal política, que essa frente não se abra à participação de partidos da burguesia. As presenças do PDT e PSB são a porta de entrada para o PSDB, Cidadania, PV e Rede. A configuração do *“Bloco Democrático”*, no dia 24 de julho, acabou de uma vez por todas com a pretensão subjetiva de manter a Campanha Nacional Fora Bolsonaro livre da participação de partidos francamente inimigos do proletariado e dos demais explorados.

# PSTU roga por um novo governo burguês para enfrentar Pandemia

Em sua nota sobre a nova variante Delta, da Covid, o PSTU aponta que, embora haja queda do número de casos e mortes no Brasil, a mutação deve fazer com que esses números avancem, como já ocorre no Oriente Médio e no noroeste da África, bem como na Indonésia, África do Sul, EUA e China. Conclui, afirmando que:

*“Como não se pode contar com o governo genocida e ladrão de Bolsonaro no combate ao Covid, segue na ordem do dia a sua derrubada imediata. Com relação aos demais entes (estados e prefeituras), cabe ao movimento a exigência da aplicação imediata das medidas listadas acima, obviamente conectadas a um aumento de verbas qualitativo para o SUS.*

*Em um rápido resumo, um governo minimamente comprometido com a saúde da população tem que estar, neste momento:*

- *Lutando pela quebra da patente das vacinas para acelerar a vacinação mundialmente*
- *Trabalhando pela ampliação do auxílio emergencial, tanto em termos de valor como do aumento da parcela da população beneficiária.*
- *Distribuindo gratuitamente máscaras para a população em quantidade maciça.*
- *Ampliando a testagem em massa e tendo políticas específicas nas populações mais prevalentes.*
- *Acelerando a aplicação da terceira dose da vacina da Covid*
- *Ampliando as medidas de distanciamento social, como lockdowns e medidas restritivas de circulação.*
- *Garantindo verbas para a aplicação destas políticas.”*

Daí decorre que o PSTU reafirma a necessidade de derrubada imediata de Bolsonaro não pela via revolucionária. O PSTU oculta que, concretamente, o “Fora Bolsonaro” significa a defesa do impeachment. Ou seja, a resposta à Pandemia só virá por meio do instrumento antidemocrático de derrubada de governos, e, portanto, da constituição de um novo governo burguês.

Caberia, então, ao novo governo e aos governos estaduais e municipais, aos quais o PSTU chama de governos “*minimamente comprometido com a saúde da população*”, cumprirem as exi-

gências acima. Seria o caso do governador de São Paulo, João Doria (PSDB)? Ou o PSTU se refere ao governo do Maranhão, Flávio Dino (PSB). Ou da Bahia, Rui Costa (PT) e do Ceará, Camilo Santana (PT), ou ainda de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), ou engloba todos? Pode existir um governo burguês “*minimamente comprometido com a saúde da população*”, na fase de decomposição do capitalismo, de contrarreformas e ataques de todo tipo às massas? A resposta é não!

Que governo burguês seria capaz de quebrar as patentes de vacinas das multinacionais? A ampliação do valor e extensão do auxílio emergencial miserável seria capaz de manter os assalariados e demais oprimidos isolados? Máscaras, testes, vacinação plena, 3ª dose, lockdowns, seriam aplicáveis por um novo governo, sob o capitalismo monopolista e em decomposição? O pior de tudo é a renúncia às reivindicações mais sentidas pelas massas, a partir do salário, emprego e direitos, por migalhas que nem podem ser concedidas pacificamente pelos governos burgueses, sejam eles federal, estadual ou municipal.

Ao se colocar assim, afirmando haver governos municipais e estaduais “*minimamente comprometidos com a saúde da população*”, o PSTU também está afirmando a possibilidade de que um novo governo burguês, que substitua Bolsonaro, poderá também cumprir esse milagre do comprometimento mínimo. Essa posição mesquinamente reformista é de quem, o PSTU, se abriga sob o guarda-chuva da oposição burguesa a Bolsonaro. Diante da panaceia de sua política de “greve geral sanitária” (“fiquem em casa”), da renúncia às formas próprias de organização da classe operária (assembleias presenciais, luta de massa), o PSTU roga para que governos burgueses tomem medidas, no seu conjunto, incapazes de deter a contaminação, e impossíveis de serem atendidas voluntariamente.

O PSTU se afunda por conta de sua política de submissão à oposição burguesa e ao reformismo petista, que armou a frente em torno ao “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Colabora na preservação da política sindical de contenção das massas e de desvio de seu descontentamento para a via institucional, absolutamente manejada pelos partidos burgueses.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR



# Nota sobre as manifestações bolsonaristas

2 de agosto de 2021

Partidários de Bolsonaro voltam às ruas, depois de quatro manifestações da Campanha Nacional Fora Bolsonaro. É certo que o presidente ultradireitista realizou passeatas de motoqueiros em vários estados, mas é distinto o fato de se organizar atos em várias cidades por uma bandeira bem definida. Bolsonaro e sua cúpula militar fincaram o pé na ameaça de que não haverá eleições em 2022, caso o Congresso Nacional e a Justiça Eleitoral não substituam as urnas eletrônicas pelo voto impresso. Essa foi a principal bandeira verde e amarela desfraldada no Masp, em São Paulo, e em cerca de 20 capitais.

Desta vez, os bolsonaristas não se esmeraram em agitar a bandeira de golpe militar e a atacar o Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, a ameaça é mais grave ainda, uma vez que o ministro da Defesa, general Braga Neto, apoiado pelos comandantes das três forças militares, tinham, há poucos dias, pressionado o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, a fazer de tudo para garantir a aprovação da PEC do voto impresso, que se encontra na Comissão Especial da Câmara. Aumentou o desespero de Bolsonaro e de sua camarela governamental, diante da reação contrária no Congresso Nacional. Isso se deve ao avanço da decomposição de seu governo, a perda de popularidade e, sobretudo, à projeção da candidatura de Lula.

No dia 1º de agosto, os bolsonaristas foram às ruas. No dia seguinte, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) instaurou um inquérito administrativo contra o presidente da República, e entrou com um pedido no Supremo Tribunal Federal para que o incluísse no processo das fake news. Assim, paira sobre Bolsonaro a ameaça de impedimento do registro de candidatura à reeleição. Os ataques ao presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, de que estaria insistindo na manutenção da urna eletrônica, para favorecer Lula, obrigaram uma contraofensiva, caso contrário seria uma vergonhosa desmoralização do Judiciário. Há que se observar se haverá espaço de manobra para uma acomodação institucional. Esse conflito, sem dúvida, aprofunda a crise política.

O cerco da CPI da Covid não tem sido capaz de possibilitar a abertura de um processo de impeachment, mesmo que o presidente venha sendo fustigado pela sequência de manifestações, que se abriram em 29 de maio. A abertura de um processo no STF contra as ameaças golpistas de Bolsonaro tem tudo para ampliar as acusações de responsabilidade administrativa contra o Presidente. Escorado nas Forças Armadas e nos partidos do “Centrão”, Bolsonaro tem garantido, não apenas a sobrevivência, como procurado reorganizar seus partidos para um contra-ataque. Está claro que somente a militarização, e o apoio de setores agrários e comerciais, bem como de uma camada rica da classe média, têm mantido em pé esse governo reacionário em toda a linha.

O equilíbrio obtido com o concurso dos militares e do “Cen-

trão” no Congresso Nacional se assenta nos interesses materiais da alta classe média e de setores da burguesia nacional, mais arraigadamente vinculados às particularidades internas da economia. Esse equilíbrio se fragilizou com os impactos da Pandemia, queda do crescimento, explosão da taxa de desemprego, volta da inflação e impulso da miséria. Se não fosse a política de colaboração de classes que bloqueou o movimento operário e popular, durante um ano e três meses, o governo fascista poderia ter caído, ou então se encontrar em um estado tal de esgotamento que não seria capaz de ameaçar a realização das eleições do próximo ano.

Foi fundamental, para a sobrevivência do governo antinacional e antipopular, a aprovação, pelo Congresso Nacional, do plano emergencial de Bolsonaro, voltado a proteger os grandes capitalistas, de um lado, e o apoio das direções sindicais e políticas à MP

936, que vinha acoplada do auxílio emergencial de R\$ 600, menos da metade do salário mínimo de fome, de outro. A total passividade diante das demissões em massa e os acordos com a Ford e LG, que fecharam fábricas, serviram à linha das direções de evitar mobilizações, que poderiam colocar em marcha um movimento mais amplo de resistência à política burguesa de descarregar a crise econômica sobre as costas da maioria oprimida. As direções sindicais e políticas, a maioria ligada ao PT, decidiram por se alinhar à frente de governadores, liderada por João Doria, que se chocou com a posição de Bolsonaro, contrário às medidas de isolamento social, que acabariam por derrubar o crescimento econômico, e potencializar a crise social. O alinhamento do

*O equilíbrio obtido com o concurso dos militares e do “Centrão” no Congresso Nacional se assenta nos interesses materiais da alta classe média e de setores da burguesia nacional, mais arraigadamente vinculados às particularidades internas da economia. Esse equilíbrio se fragilizou com os impactos da Pandemia, queda do crescimento, explosão da taxa de desemprego, volta da inflação e impulso da miséria.*

“fique em casa” implicou fechar as portas dos sindicatos, limitar as greves, barrar manifestações de rua, e realizar acordos virtuais de demissões, redução de salários e suspensão de contratos de trabalho. Amortecida a luta de classes, os governadores puderam levar adiante os conflitos com Bolsonaro, colocando-os na perspectiva da disputa eleitoral, embora distante de outubro de 2022.

A progressiva perda de terreno da ultradireita bolsonarista indicou à burguesia que já não era possível compatibilizar seus interesses com a desastrosa administração federal. A ruptura da unidade patronal, que se formou para eleger Bolsonaro no segundo turno, e evitar a volta do PT, foi muito importante para que o STF restituísse os direitos políticos de Lula, reconhecendo que houve um processo manipulado pelos agentes da Operação Lava Jato. O PT e Lula continuam sendo um instrumento necessário para promover a política de conciliação de classes, sob a máscara de reformas populares, nas condições de agravamento da crise política, agravamento esse que resultou, inclusive, no impeachment de Dilma Rousseff, na instabilidade da ditadura civil de Temer e, agora, nos impasses do governo Bolsonaro.

A burguesia e o imperialismo puderam contabilizar a importância do reformismo que, diante do mergulho do país na crise

sanitária, os sindicatos e as centrais foram alinhados no sentido de não reagirem ao fechamento de fábricas, às demissões e ao avanço da miséria. Partidos como o PSDB, MDB, DEM, PSD e a horda do Centrão somente podem combater a revolta dos explorados por meio da polícia, das Forças Armadas e da Justiça. Não têm, portanto, raízes no meio operário e popular. Ao contrário, o PT, muito mais que o PDT ou o PSB, reúne força política para canalizar o descontentamento dos explorados, e bloquear as tendências de luta do proletariado, uma vez que controla a CUT e maioria dos sindicatos e movimentos. É o partido com maior capacidade de desenvolver a política e colaboração de classes. O controle dos principais sindicatos e da CUT o coloca como espinha dorsal de uma frente, que congregou as mais distintas centrais, movimentos e partidos, reformistas, semi reformistas e centristas, em torno ao alinhamento com os governadores e à oposição institucional a Bolsonaro. O que permitiu constituir a Campanha Nacional do Fora Bolsonaro.

Essas direções ergueram o bloqueio às lutas por um ano e três meses, e o rebaixaram parcialmente na manifestação de 29 de maio, não com o objetivo de organizar os explorados em defesa de seu programa próprio, mas sim o de canalizá-los para a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”. Estratégia burguesa porque objetiva substituir um governo burguês, que se esfacela, por outro governo burguês, que terá a função de estabilizar o regime político. Isso explica por que a classe operária não comparece organizada nas manifestações, e não constitui a força motriz do combate ao governo Bolsonaro e à burguesia. Cada vez ficou mais visível que a bandeira do “Fora Bolsonaro” está vinculada ao afastamento do presidente pelo impeachment ou pela derrota eleitoral. A variante da esquerda oportunista, que acredita que a bandeira do “Fora Bolsonaro” possibilitará a sua derrubada revolucionária, é puramente especulativa, servindo de máscara à sua adaptação ao movimento, cuja estratégia é burguesa, e a composição social, majoritariamente, pequeno-burguesa.

É nessas condições que Bolsonaro e sua camarilha de generais se sentem confortáveis em ameaçar as eleições, e em desprezar a potencialidade da luta de massa nas ruas contra o seu governo. E se dá ao luxo de convocar manifestações pela imposição do voto impresso, que não passa de uma manobra para combater a candidatura de Lula. Esse é o ponto chave da crise política, que tende a se agravar.

Bolsonaro conta com o apoio de uma fração burguesa, da alta classe média e da maioria da oficialidade militar, que admitem a entrega do poder a qualquer candidato, desde que não seja o do PT, pior ainda sendo Lula, cuja volta à presidência representaria desmoralização e profunda derrota eleitoral da ultradireita. As ameaças de Bolsonaro e seus generais indicam a possibilidade de um golpe, ainda que aventureiro. O problema está em que, quanto mais o movimento do “Fora Bolsonaro” se mostrar incapaz de impor a abertura do impeachment, maior dificuldade terá em se ampliar, sob a perspectiva eleitoral. Tudo indica que o PSDB pressionará ainda mais os demais partidos da burguesia a constituir uma candidatura anti-bolsonarista e anti-petista. A bandeira do impeachment implica ampliar a frente, e abrir caminho para maior participação dos partidos burgueses, ou de suas frações, na Campanha Nacional do Fora Bolsonaro, que foi incorporada, inclusive, por Doria. Caso contrário, as divisões partidárias se manifestarão na forma de candidaturas e corrida eleitoral.

A reconstituição do ministério do Trabalho, o remanejamento de peças no tabuleiro do governo, e o fortalecimento do partido

malufista, hoje denominado Progressista, no aparato do Estado, são a resposta mais recente de Bolsonaro, para conter a sua desintegração, e resistir à ofensiva da oposição, cuja principal trincheira é a CPI da Covid, e as manifestações lideradas pelo PT e aliados. Agora, acrescenta-se a crise entre o Executivo e o Judiciário, desencadeada pelos ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral.

Esse jogo, por si só, não modifica substancialmente o quadro da crise de governabilidade, mas tem tudo para ser agravado. A possibilidade da volta do crescimento, depois de uma queda de pouco mais de 4% no ano passado, e reabertura de postos de trabalho, servirão para os governistas melhor se defenderem da ofensiva opositora. A privatização da Eletrobrás e, agora, dos Correios é o trunfo que Bolsonaro oferece ao grande capital, tendo a seu favor o fato de o PSDB ser a ponta de lança do privatismo, e o PT não ir além de protestos verbais contra as privatizações. É bem provável que, se Bolsonaro conseguir estancar a hemorragia, possibilitará armar, junto à oposição de direita, um dique contra a candidatura de Lula.

---

***Bolsonaro conta com o apoio de uma fração burguesa, da alta classe média e da maioria da oficialidade militar, que admitem a entrega do poder a qualquer candidato, desde que não seja o do PT, pior ainda sendo Lula, cuja volta à presidência representaria desmoralização e profunda derrota eleitoral da ultradireita.***

---

A manifestação prevista para 7 de setembro será um teste para a Campanha Nacional do Fora Bolsonaro. Terá de ampliar em muito a participação dos explorados, para que não esgote a capacidade de contestar e fustigar o governo e o bolsonarismo. Até lá, vamos observar o resultado das mudanças realizadas pelo governo, a viabilidade da CPI avançar e a contestação contra as ameaças golpistas se imporem. A manifestação dos bolsonaristas se mostrou débil. As demonstrações dos motoqueiros não passaram de teatralização. No entanto, indicaram a disposição da camarilha bolsonarista de reagir, recorrendo às ruas.

A luta contra o governo Bolsonaro, ainda que condicionada pela estratégia burguesa, reflete necessidades objetivas dos explorados de se mobilizarem. Essas necessidades não têm sido, porém, o motivo principal das mobilizações. É urgente unir empregados e desempregados em defesa dos postos de trabalho, dos salários, que foram rebaixados, e dos direitos trabalhistas, que têm sido destruídos. É urgente combater com o programa próprio da classe operária o subemprego, a informalidade, a terceirização, a miséria e a fome. O objetivo imediato de defender as condições de existência da maioria oprimida, e a tarefa estratégica de enfrentar o capitalismo em decomposição, somente podem ser encarnados e levados adiante pela classe operária organizada no terreno da independência de classe.

É evidente que, depois do longo e brutal bloqueio das lutas e do flagelo sanitário que atingiu profundamente os pobres e miseráveis, era e é necessário que os sindicatos e centrais fizessem e façam uma mudança radical de sua política de submissão às disputas interburguesas em torno às respostas diante da Pandemia. O que não era e não é possível, devido à sua adaptação orgânica ao capitalismo e ao ordenamento político do Estado burguês. A ausência de uma

força organizada capaz de romper esse bloqueio, apoiando-se nas necessidades vitais e no instinto de revolta dos oprimidos, reflete a principal contradição, que é a crise de direção revolucionária.

A vanguarda com consciência de classe tem de aproveitar a experiência, para compreender as particularidades da crise de direção, que é mundial, e avançar na tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista. É em meio às mobilizações, que se encontram as condições mais favoráveis para defender o programa de reivindicações, os métodos de luta, a organização independente e a estratégia revolucionária.

Os acontecimentos vêm demonstrando o acerto e a importância de lutar contra o governo Bolsonaro e a burguesia, tendo por base as reivindicações vitais dos explorados, ao mesmo tempo em que está posta a tarefa de lutar contra a estratégia burguesa das direções do movimento. Não há como fugir das leis da política burguesa e das leis da luta de classes. A primeira indica que o reformismo é impotente para derrotar as tendências direitistas, autoritárias e fascizantes da burguesia. E a segunda indica que somente o proletariado, organizado e mobilizado a partir de suas necessidades, tem como derrotar essas tendências e abrir caminho para a derrocada da burguesia por meio da revolução social.

O bolsonarismo e o militarismo são criaturas da burguesia e do imperialismo. Não por acaso, emergiram de corpo inteiro, depois de 21 anos de ditadura militar, e de três décadas de “democratização”. E não se pode desconhecer que o reformismo governou

por 13 anos, e foi derrubado do poder sem oferecer resistência ao golpe de Estado, o que exigia recorrer à luta de classes. Esse passado explica por que o PT e sua frente dependem da bandeira do impeachment para fins eleitorais. E, para retornar ao poder por meio das eleições, dependem de uma aliança política com a direita liberal, para afastar a ameaça de golpe bolsonarista. É pura ilusão a avaliação de que a força do PT se encontra na capacidade de mobilizar as massas. Não o fez para se livrar do golpe em 2016, e não o fará sem uma aliança com os partidos burgueses de oposição, diante de um possível golpe aventureiro de Bolsonaro.

Somente um partido enraizado no proletariado, que encarne o programa de transformação socialista, pode levantar as massas contra as tendências reacionárias da burguesia e os complôs golpistas. É com essa compreensão e avaliação da situação política que o Partido Operário Revolucionário convoca as correntes que se reivindicam dos explorados a romperem com a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro” e do impeachment. Convoca-as a constituírem uma frente única em defesa de uma Carta de Reivindicações, dirigida à burguesia e aos seus governantes. Convoca-as a exigirem das centrais a realização de um Dia Nacional de Luta em defesa da Carta de Reivindicações, com paralisações e bloqueios, preparado por meio de assembleias e constituição de comitês de base. Convoca-as a realizar uma ampla plenária para constituir a frente única, de acordo com essa linha de combate ao governo militarista e à estratégia burguesa oposicionista.

## Contribuições do POR à plenária do dia 7 de agosto

Aceitamos participar da plenária, proposta pela FOB/SP, para a qual demos nossa contribuição organizativa, com o objetivo de fazer um balanço das quatro manifestações e da importância da intervenção da Frente Classista e Combativa, e apresentar nossas propostas de avanço para sua organização. Entendemos que a linha de defender, no interior do movimento de massa, o programa de reivindicações próprio dos explorados, o método da ação direta e a organização independente, diante da burguesia, seus governos e partidos, diferenciou a Frente Classista, e se contrapôs à estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, e mantém sua vigência.

A debilidade numérica da Frente Classista e Combativa impossibilitou que a distinção se projetasse amplamente, e criasse uma fração de massa em defesa do programa e da tática do proletariado. A sua projeção depende de que o programa de reivindicações ganhe expressão social, aproximando assim a vanguarda do proletariado e dos demais oprimidos da política classista, encarnada nas bandeiras de defesa das condições vitais dos explorados, levantadas pela Frente. A resolução dessa tarefa exige um trabalho paciente, superando os obstáculos interpostos pelo controle da burocracia sindical, e dos partidos reformistas e centristas, sobre o movimento e organizações de massas. Não se pode desconhecer que a diferenciação da política classista com a do reformismo não ocorre de uma hora para outra. A experiência mostrou que, de um ato a outro, correspondia à adaptação das direções e correntes de esquerda à bandeira do impeachment, a negação da luta pelo programa próprio dos explorados. Esse era o lugar e a tarefa que a Frente Classista e Combativa cumpriu, na defesa de um movimento independente dos explorados, diante da burguesia e de seus partidos.

A incorporação do PSDB na manifestação do dia 3 de julho abriu uma importante discussão sobre a criação de uma frente

ampla para viabilizar a estratégia burguesa. A intervenção da Frente Classista e Combativa, com o programa de reivindicações dos explorados, foi fundamental, para rechaçar a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro e Impeachment”.

Aos poucos, a Frente Classista potenciou a propaganda e agitação do programa próprio da classe operária e demais explorados. Avaliamos que o POR também avançou em sua contribuição para a consolidação da Frente, como meio de aglutinar a vanguarda com consciência de classe, em contraposição aos objetivos institucionais e eleitorais, do PT e aliados, na Campanha Nacional do Fora Bolsonaro. A coesão em nossas fileiras se deu em torno dessa linha frentista.

A ação paralela de agrupamentos, que se reivindicam do anarquismo, rompeu a coesão. O que nos obrigou a uma discussão sobre o cumprimento dos acordos entre as organizações que compõem a Frente Classista. Dois deles romperam com a Frente, admitindo que o método da ação individual e paralela não cabia nos acordos da Frente. Foi importante que a FOB tivesse mantido as bases políticas que deram origem à Frente. O que possibilitou uma intervenção mais clara nas manifestações de 3 e 24 de julho, erguendo as bandeiras contrapostas à estratégia burguesa do isolamento social.

Vimos que os agrupamentos que romperam com a Frente Classista, no entanto, se valeram dela para se acobertar e realizar suas ações paralelas. Poderiam ter constituído o seu próprio bloco, agido à sua maneira, e se responsabilizado politicamente por sua tática alheia às massas.

Na manifestação do dia 3 de julho, o PCB dispersou seu bloco, abrindo um vazio para que a polícia o preenchesse por trás da Frente Classista. Mantivemos firme nossa marcha, apesar da ação policial. Na última manifestação, do dia 24, os mesmos agrupa-



mentos utilizaram a tática de se confundir com a Frente, o que é condenável politicamente em todos os sentidos. O POR, sob ataque da polícia, manteve as bandeiras no alto e marchou até o fim.

A nossa crítica a essas ações e à conduta tipicamente pequeno-burguesa de realizar ações individuais e paralelas ao movimento resultou da necessidade de defender a Frente Classista e Combativa, que não poderia ser confundida com ações alheias às suas decisões e organização coletivas. É, inaceitável, portanto, a crítica da FOB de que o POR estaria *“se aproximando cada vez mais de discursos institucionais, pelegos e criminalizantes, afirmando coisas como ‘autonomistas se escondem’ em nosso bloco, e ‘nos utilizam como escudos’”*. A FOB tem acesso às nossas Cartas e Notas dirigidas ao movimento, devendo, portanto, basear-se nelas para fazer sua crítica. Rechaçamos terminantemente a acusação de que nos estamos aproximando de partidários da criminalização dos autonomistas. Na reunião em que estavam presentes os agrupamentos que não aceitaram os acordos da Frente, foi feita essa ignóbil e absurda imputação, que rechaçamos prontamente. Confundir a crítica às ações individuais e à margem das massas com criminalização é absurdo. Essa afirmação política irresponsável acoberta a técnica de se ocultar na Frente classista para se promover a prática do paralelismo, criticando-a apenas como uma ação mal planejada.

Ao contrário do que a afirma a FOB, a posição do POR está inteiramente em choque com as posições da direção e da frente que sustentam a Campanha Nacional do Fora Bolsonaro. Se os companheiros da FOB estudassem com rigor a sequência de formulações do POR, desde a primeira manifestação presencial, que se deu no 1º de Maio, veriam que foi e é a única organização que desmascarou o conteúdo burguês da bandeira “Fora Bolsonaro”, isso quando os autonomistas – não dizemos todos, porque nos faltam informações – estavam sob o mesmo guarda-chuva do “Fora Bolsonaro”, acreditando que se tratava apenas de uma diferença entre o pacifismo dos reformistas e o revolucionarismo dos autonomistas. Inclusive, em oposição ao seguidismo ao “Fora Bolsonaro”, discutimos na Frente a bandeira de “Abaixo o governo Bolsonaro”, que deveria ser propagandeada, tendo por base a defesa do programa de reivindicações, por onde se levantará o movimento classista de combate à burguesia e seu governo.

O problema fundamental do autonomismo é o de não compreender que as massas em luta por suas reivindicações próprias são as que determinam o método a ser utilizado por sua direção para garantir a sua unidade revolucionária. O método é determinado pela estratégia, que somente a direção proletária pode conscientemente desenvolver no seio dos explorados. A política do pacifismo burguês e pequeno-burguês das direções tem grande importância para desviar a luta de classes, mas somente se impõe nas condições em que as tendências de luta concretas dos explorados se manifestam de forma pacífica. A história da luta de classes comprova que, via de regra, as massas recorrem à via pacífica, influenciadas que estão pelas ilusões democráticas, e, pelas experiências, modificam o curso da luta, superando as travas iniciais ao combate de classe contra classe.

No presente movimento de composição social pequeno-burguesa, que se encontra condicionado pelas bandeiras do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, as massas continuam iludidas na solução burguesa da crise política. E a classe operária está ausente fisicamente. O que facilita às direções preservarem o pacifismo e a conciliação com a burguesia, seus governos e aparato repressivo. Não será com as ações isoladas, de pequenos grupos e à margem

das massas, que se derrotará a política do pacifismo das direções, e se levará à radicalização popular.

Não é de hoje que a classe operária e os demais explorados se acham contidos por essa direção. O que quer dizer que se trata de um problema histórico, que tem a ver com a formação de uma direção revolucionária, no caso, o partido marxista-leninista-trotskista. Esse é o nosso entendimento, que certamente é oposto ao da FOB e aos demais agrupamentos autonomistas. Basta ver recentemente o que se passou, em plena Pandemia, com a resistência ao fechamento da FORD, LG e a greve dos Correios. É um equívoco a tese de que, atacando os símbolos do capitalismo – determinadas propriedades e instituições – se enfrentará o pacifismo das direções, e se recrudescerá a luta de classes.

Sabíamos dessas diferenças, no entanto, o POR se dispôs a constituir a Frente Classista, porque a FOB também se dispôs a organizar uma coluna que tivesse por base a defesa do programa de reivindicações, que se opõe à estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”, e conduz à luta direta das massas, bem como sua organização por meio das assembleias presenciais. Discutimos, inclusive, como trabalhar a bandeira da greve geral, que depende de condições bem determinadas, para que a classe operária e demais explorados possam se unir em um movimento pelas reivindicações, que se chocam com a exploração capitalista e com os governos da burguesia. Chegamos, também, a um acordo sobre a preparação da greve geral, que implica uma dura luta política contra as barreiras da burocracia sindical e das direções reformistas, principalmente. Procuramos discutir, com toda clareza, o método de luta, que parte das reivindicações vitais das massas, para levantá-las contra os exploradores.

No documento da FOB, não há uma só palavra sobre a importância de organizar os explorados a partir de suas necessidades materiais, concretas. É um engano achar que os agrupamentos que romperam com a Frente Classista e Combativa erram porque *“fazem ações mal articuladas, perigosas e sem ganho político”*. Não se trata de um problema puramente organizativo, mas de uma tática aplicada à margem do desenvolvimento político da classe operária e dos demais explorados. Tais ações são *“perigosas”*, porque se contrapõem à ação das massas, e não respondem à luta política para separá-las das direções burguesas e pequeno-burguesas. São *“sem ganho político”*, porque não ajudam os explorados a caminharem com suas próprias pernas, e identificarem qual direção é ou não classista, qual direção é ou não proletária, qual direção é ou não revolucionária.

Não temos dúvida de que a Frente Classista e Combativa vem ganhando politicamente com suas bandeiras classistas e opostas à estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”, e se mostrando perigosa para a direção do movimento e as correntes de esquerda que capitularam. E sua marcha coletiva e disciplinada, sob as bandeiras classistas, se tornava cada vez mais bem preparada. No entanto, as ações dos autonomistas, à margem da manifestação, se tornaram um fator de enfraquecimento de nossa luta, uma vez que cederam terreno para a direção e as correntes agirem, para nos separar e nos isolar das massas. Essas devem ser as conclusões e um balanço maduro da existência da Frente, constituída no 1º de Maio.

A FOB conclui que a Frente está esgotada, já não servindo aos seus propósitos. Diz que *“é preciso se distanciar o mais rápido possível dos dois polos táticos, atualmente existente em nosso bloco”*, ou seja, se distanciar das posições do POR e dos grupos anarquistas que, segundo a FOB, erram em realizar ações mal planejadas. Essa

conclusão está carregada de ambiguidade. Isso por que está de acordo com os demais grupos autonomistas de realizar ações paralelas, desde que sejam bem preparadas.

O princípio da radicalização pela radicalização é a base que une os autonomistas. É o que reflete o documento “Contribuição da FOB à plenária do dia 7”. Tanto é que não deu a mínima importância à tática do POR, de partir das reivindicações dos explorados para unificá-los contra os exploradores e seus governos, e libertá-los da estratégia burguesa e pequeno-burguesa, que vem ditando o curso das manifestações.

A conclusão do POR é: 1) manter a mesma linha e acordo que constituíram a Frente Classista e Combativa; 2) manter seu funcionamento de acordo com a Carta de Apresentação da Frente Clas-

## **Contribuições do POR à plenária do dia 7 de agosto**

sista e Combativa; 3) continuar a discussão crítica, seja interna ou externamente; 4) iniciar imediatamente uma campanha nas fábricas, nos corredores por onde transitam os trabalhadores até seus locais de trabalho, bairros populares, em locais centrais da cidade, propagandeando e agitando a Carta de reivindicações; realizando reuniões para formar comitês de campanha pela Carta; convocando e preparando para a nova manifestação em 7 de setembro; convocando e participando dos protestos do funcionalismo público. Esse deve ser um trabalho paciente, voltado a despertar a atenção dos explorados para a necessidade de se unir em luta por suas reivindicações.

*Saudações revolucionárias*

*Partido Operário Revolucionário (POR)*

## **POR realiza Escola de Quadros do Nordeste**

Entre os dias 31/07 e 01/08, o POR realizou, em Fortaleza, sua Escola de Quadros do Nordeste, que contou com a participação de militantes e simpatizantes de PE, PB, RN, CE e SP. A Escola de Quadros, realizada anualmente e voltada à elevação política da militância, teve como temas a situação política nacional, a situação internacional e a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

No dia 31/07, a atividade iniciou com a discussão da situação política nacional. Houve apresentação, expondo a linha política partidária do último período sobre as crises econômica e pandêmica, assim como a resposta proletária à crise política e as disputas interburguesas em torno do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Em seguida, os participantes foram separados em grupos para a leitura e discussão do texto do Boletim do Cerqui “*A política revolucionária do proletariado nas condições de aprofundamento da crise econômica, social e política*”. O debate em plenário expressou a rica discussão havida nos grupos.

Desde o início da Pandemia, o POR tem colocado a necessidade de que a classe operária e demais explorados se organizem presencialmente, em torno de um plano emergencial próprio e o método da ação direta. A submissão das direções sindicais e partidos de esquerda à política burguesa do isolamento social (“fique em casa”), o fechamento dos sindicatos, a suspensão das assembleias presenciais e do dia nacional de luta, de 18 de março de 2020, foi uma verdadeira traição aos explorados. Quando resolvem chamar as massas nas ruas, é para canalizar a revolta latente para as disputas interburguesas, em torno da troca de um governo burguês por outro. O POR tem chamado o movimento a rechaçar a bandeira burguesa do ‘Fora Bolsonaro e Impeachment’, e lutar por uma plataforma de reivindicações próprias de defesa da vida dos explorados, de modo a incorporar a classe operária e demais setores dos explorados e romper totalmente a passividade, que ainda persiste na maior parte das massas.

Pela tarde, o tema internacional iniciou com uma exposição da “*Resolução do Comitê Central sobre a situação política mundial*”, e em seguida o debate. A discussão em plenário levantou diversos pontos, além de tirar dúvidas. Foi discutida a situação política na América Latina, com especial destaque para o Chile, Cuba e Colômbia; a escalada do conflito, cada vez mais agudo, entre os EUA e China; a posição do governo Biden, de seguir a trajetória de seu antecessor, Trump, a ‘guerra das vacinas’; as perspectivas da crise mundial e a necessidade de se reconstruir a IV Internacional.

No domingo, discutiu-se sobre o desenvolvimento desigual e combinado, com uma apresentação inicial, seguida da divisão

em grupos, tendo por base os extratos de-Trotsky sobre o tema. Em síntese: a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado consiste em que um determinado modo de produção, na época atual o modo de produção capitalista, se desenvolve de forma desigual entre os diferentes países e, nos países semicoloniais, se combina com formas dos modos de produção anteriores, pré-capitalistas. As combinações entre diferentes estágios de desenvolvimento também se dão entre o terreno da economia e da política. Trotsky utiliza o exemplo da Rússia revolucionária para demonstrar que o país mais atrasado da Europa foi onde se expressou de forma mais desenvolvida a luta de classes, que foram os soviets.

A experiência da Revolução Russa também demonstra mais um aspecto do caráter combinado do desenvolvimento, que têm um importante valor prático para a estratégia revolucionária. Na Rússia, em que o desenvolvimento das relações capitalistas se deu de forma altamente concentrada, e fortemente impulsionada pelo capital estrangeiro, com uma burguesia nacional e autocracia czarista submetida aos países ocidentais, restou à classe operária solucionar as tarefas democrático-burguesas pendentes, combinando-as com as suas tarefas socialistas.

O caráter desigual e combinado do desenvolvimento implica que os países atrasados não precisarão repetir todas as etapas de desenvolvimento dos países de capitalismo avançado, e poderão dar saltos nas suas forças produtivas, à medida em que se apropriem da técnica e conhecimento já alcançados pelos países de capitalismo avançado, o que se dará nos marcos da revolução socialista internacional.

A Escola foi encerrada com três falas: a primeira sobre a importância de que a militância assimile as formulações do marxismo sobre a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, dada a importância desse entendimento para definir as tarefas revolucionárias da classe operária no Brasil. A segunda fala, de homenagem ao militante boliviano Victor Mamani, falecido em virtude do Covid-19, exemplo de militante que buscou sempre se constituir e se preservar enquanto quadro revolucionário, esforçando-se por assimilar a teoria marxista, e aplicá-la em sua realidade. A terceira fala, feita pelo camarada do litoral SP, fez saudação final, destacando a importância da escola de quadros do Nordeste para a construção do partido. Os participantes concluíram a atividade com o grito de Victor Mamani, presente! E com um viva à escola de quadros Nordeste, um viva à revolução proletária, e um viva à construção do POR.

## 81 anos do assassinato de Leon Trotsky

No jornal *Massas* anterior, iniciamos a campanha sobre o assassinato de Leon Trotsky, em 20 de agosto de 1940. Publicamos a primeira parte do folheto “Trotsky e Nós”, de Guillermo Lora. Abaixo, damos continuidade à exposição dos fundamentos deixados por Trotsky, que correspondem ao desenvolvimento do marxismo-leninismo. Nosso objetivo é o de fortalecer a luta pela construção do POR no Brasil, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

## o que devemos a Trotsky

Da mesma forma que o leninismo nada mais é do que o marxismo aplicado na era do capitalismo monopolista, do imperialismo e da decadência do regime burguês, o trotskismo é o marxismo do período da revolução socialista mundial, quando tem como protagonistas os países de baixo desenvolvimento capitalista, e que constituem a maior parte do mundo. Lênin se considerava um discípulo de Marx e Engels, e nunca aceitou que suas contribuições teóricas fossem batizadas como leninismo. A mesma atitude assumiu Trotsky, que, repetidamente, afirmou ser nada mais do que um marxista e um herdeiro e defensor do leninismo, diante das tendências revisionistas que não cessaram, nem cessam de conspirar contra sua integridade.

No entanto, as contribuições e esclarecimentos importantes no campo da teoria têm o destino invariável de terminar identificando-se com quem os enunciou. Por isso, pode-se falar de trotskismo, com toda a legitimidade, e sem violar a essência do marxismo.

Tudo o que dissemos é confirmado, se não esquecermos de que Trotsky, quando enuncia a Teoria da Revolução Permanente, tão importante para a compreensão das revoluções que têm lugar no presente, o faz invocando não apenas os argumentos teóricos da época de Marx e Engels, mas inclusive a sua mesma denominação. Lênin e Trotsky conheciam de cor a circular da Liga Comunista de 1850, e nela a Revolução Permanente já estava delineada.

Coube a Marx e Engels apontarem o caráter revolucionário da classe operária contemporânea, do proletariado, superando a ideia que os socialistas, das mais diferentes escolas, herdaram da burguesia, que englobou todos os produtores no “terceiro estado”. Já estava, portanto, nos clássicos, a tese de que a presença do proletariado modifica profundamente a mecânica de classes e o caráter da revolução. A partir deste momento, a burguesia estava condenada a terminar infalivelmente como uma classe reacionária, como

aliada das expressões de opressão classista do passado e do presente. A revolução liderada pelo proletariado não poderia dei-



***Aprendemos com Trotsky, que não basta repetir as leis gerais da transformação da sociedade, mas é preciso entender como se combinam, ao penetrar em uma determinada realidade nacional, que, de fato, isso é política. No caso presente: tratava-se de saber como as leis da revolução socialista mundial se manifestam, constituindo uma unidade superior e modificando as revoluções nacionais, em países de baixo desenvolvimento capitalista, onde coexistem formas distintas e importantes de modos de produção, onde o proletariado é minoria, em relação às massas sociais herdadas do passado.***

nar de ser totalmente diferente das revoluções burguesas.

Aprendemos com Trotsky, que não basta repetir as leis gerais da transformação da sociedade, mas é preciso entender como se combinam, ao penetrar em uma determinada realidade nacional, que, de fato, isso é política. No caso presente: tratava-se de saber como as leis da revolução socialista mundial se manifestam, constituindo uma unidade superior e modificando as revoluções nacionais, em países de baixo desenvolvimento capitalista, onde coexistem formas distintas e importantes de modos de produção, onde o proletariado é minoria, em relação às massas sociais herdadas do passado.

O proletariado, mesmo que seja uma minoria, jovem, inculto, etc., é a única classe social consequentemente revolucionária, pelo lugar que ocupa no processo de produção, por não ser proprietária, e por ser filho do capitalismo. Por essa condição histórica, encarna o instinto comunista, antes mesmo de se tornar uma tendência política que luta conscientemente pelo estabelecimento de uma sociedade sem classes, que, para se libertar – libertação que é uma necessidade histórica –, não tem outra via, senão a de libertar toda a sociedade, acabar com todas as formas de opressão de classe. A classe operária, não é porque seja minoritária ou porque se encontra frente à burguesia nacional e à vasta massa camponesa, todas suportando a opressão imperialista, que perca sua inerente condição de classe revolucionária, como colocam os teóricos do nacionalismo burguês e do estalinismo. Contrariamente, está é

uma das peculiaridades do proletariado dos países atrasados, a classe minoritária revolucionária tem de se agigantar politicamente, porque tem de cumprir, tanto suas tarefas de classe, como as nacionais; tem de encontrar o meio de incorporar a maioria nacional e seus problemas, deve ser a expressão da nação oprimida como um todo, o que alcançará por meio da aliança operário-camponesa. Os homens da gleba são aqueles que carregam em seus ombros o proletariado ao poder; a burguesia, inclusive aquela que





***Não se deve esquecer de que o internacionalismo proletário não é mais do que a réplica social do caráter mundial da economia capitalista. Não tem, portanto, a possibilidade de resolver a fundo os problemas mais agudos que emergem de seu próprio desenvolvimento, que só pode ocorrer unicamente em nível internacional. Por estas razões, a revolução nacional torna-se internacional (...)***

iniciou dirigindo a maioria nacional, acaba sendo empurrada pelo mesmo processo convulsivo para posições reacionárias. Como se vê, a presença do proletariado como classe, isto é, consciente, no sentido marxista, modificou profundamente a mecânica das classes, e também do caráter da revolução burguesa, que conserva a importância das tarefas democráticas.

Não tivemos de descobrir contribuições teóricas neste campo, o nosso trabalho é o de aplicar em nossa realidade o que aprendemos. Trotsky sintetizou suas conclusões, da seguinte maneira: *“Com relação aos países de desenvolvimento capitalista atrasado, e, em particular, dos coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a resolução completa e eficaz de seus objetivos democráticos e de libertação nacional só podem ser concebidos por meio da ditadura do proletariado, exercendo o poder como dirigente da nação oprimida e, sobretudo, de suas massas camponesas”*.

*“O problema agrário, e com ele o problema nacional, atribui aos camponeses, que constituem a esmagadora maioria da população dos países atrasados, uma posição excepcional na revolução democrática. Sem a aliança do proletariado com os camponeses, os objetivos da revolução democrática, não só não podem ser realizados, como sequer é possível colocá-los seriamente. No entanto, a aliança dessas duas classes só é viável, lutando contra a influência da burguesia liberal nacional”*.

A classe revolucionária, e nisso se diferencia dos demais setores sociais, imprime autoritariamente sua marca em tudo que toca ou passa por suas mãos. O papel do proletariado dos países atrasados é particular, único, porque se encontra imerso no intrincado processo de revolução democrática, quando a burguesia se deslocou para o campo da contrarrevolução. Não pode permanecer no marco das realizações puramente democráticas, base do capitalismo e da exploração inevitável da força de trabalho, estimulado pela necessidade histórica de sua própria libertação, o proletariado se vê obrigado a transformar radicalmente o cumprimento das tarefas democráticas, imprimindo-lhes um caráter socialista, a revolução burguesa se transforma em socialista, tudo em um só processo, como função inerente à ditadura do proletariado.

*“A ditadura do proletariado, que sobe ao poder na condição de dirigente da revolução democrática, se encontra, inevitável e repentinamente, ao triunfar, diante dos objetivos relacionados às profundas transformações do direito de propriedade burguesa. A revolução democrática se transforma diretamente em socialista, tornando-se, assim, permanente”*.

A revolução começa, inevitavelmente, dentro das fronteiras de um país, como consequência do desenvolvimento extremamente desigual da consciência de classe do proletariado nas diferentes regiões. Por cima das fronteiras nacionais, o proletariado mostra grandes traços idênticos. Não se deve esquecer de que o internacionalismo proletário não é mais do que a réplica social do caráter mundial da economia capitalista. Não tem, portanto, a possibilidade de resolver a fundo os problemas mais agudos que emergem de seu próprio desenvolvimento, que só pode ocorrer unicamente em nível internacional. Por estas razões, a revolução nacional torna-se internacional: *“A conquista do poder pelo proletariado não significa a conclusão da revolução, mas simplesmente seu início. A construção socialista só é concebida com base na luta de classes, no terreno nacional e internacional. Nas condições de predomínio decisivo do regime capitalista no terreno mundial, esta luta tem de inevitavelmente levar a explosões de guerra interna, isto é, guerra civil, e guerra exterior, revolucionária. Nisto consiste o caráter permanente da revolução socialista como tal, independentemente do fato de que se trate de um país atrasado, que tenha realizado, ainda ontem, sua transformação democrática, ou de um velho país capitalista que passou por um longo período de democracia e parlamentarismo”*.

*“O triunfo da revolução socialista é inconcebível dentro das fronteiras nacionais. Uma das causas fundamentais da crise da sociedade burguesa consiste em que as forças produtivas criadas por ela já não podem conciliar com os limites do Estado nacional. Daqui se originam as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia burguesa dos Estados Unidos da Europa, de outro. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se no internacional, e conclui em nível mundial. Portanto, a revolução socialista se torna permanente em um sentido novo e mais amplo da palavra: no sentido de que só se realiza em vitória definitiva da nova sociedade de todo o planeta”*.

Como temos de agir politicamente, sabíamos que este pequeno país, que é a Bolívia, demasiado pobre, e que serve de pretexto para a disputa das ambições de todos os vizinhos que o cercam em um continente dividido, e cuja ordem internacional vem sendo imposta pelo imperialismo, somente pode entrar totalmente na civilização no marco dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Trotsky já havia chegado à conclusão, em 1934, que cabia ao jovem proletariado latino-americano promover a imprescindível unidade do continente, se se pretende derrotar o imperialismo – uma força opressora que atua por cima das fronteiras nacionais – e preservar a independência nacional.

A revolução é sempre um fenômeno que apresenta características excepcionais

E, de forma alguma, é uma cópia de experiências já dadas em outras latitudes. É a expressão máxima das características nacionais, históricas, econômicas, enfim, culturais de uma determinada região. A função política é a de descobrir as leis que regem essa transformação radical. A isso se denomina teoria da revolução de um certo País. Os poristas bolivianos se formaram e se realizaram nesta gigantesca tarefa. Foi possível cumprir esta tarefa, graças à ajuda que encontramos nas contribuições de Trotsky que, por isso, em nenhum momento, foi um estranho para nós. A revolução é um processo histórico, determinado, em última instância,

pelo grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas. A tomada do poder é a vitória do objetivo estratégico, nesta etapa de luta pela destruição do capitalismo. No entanto, não pode ser considerada como o momento do cumprimento integral do processo de transformação, pelo contrário, é apenas o primeiro passo. Devido ao fato de o proletariado ser a classe social que a dirige, a revolução chegará à vitória final, quando terminar com todas as formas de opressão de classe. Para atingir esse objetivo, uma etapa sempre se choca com a anterior, servindo de escada, que permite dar mais um passo à frente. Neste longo, haverá muitos avanços e retrocessos, determinados pelo desenvolvimento da economia nacional e internacional, pelo desenvolvimento do movimento revolucionário internacional.

Trotsky nos ensinou a entender adequadamente a economia mundial. O que constitui um valioso elemento teórico para a compreensão de nossa realidade. Em sua polêmica com os teóricos do estalinismo, deixou claro que a economia mundial, fenômeno típico de nossa época, constituía uma unidade, não apenas disposta por cima das economias nacionais, atuando como uma força que as subordina e as modifica. As leis gerais do capitalismo atuam por meio de um determinado contexto socioeconômico, e assim configuram as características nacionais. Os nacionalistas e os estalinistas persistem teimosamente em sua ideia de que a economia mundial não é mais do que um agregado simples e mecânico de economias nacionais, com todas as suas características diferenciais. Chegam ao extremo de que não a considerar uma unidade dialética, em cujo interior os diferentes componentes se encontram interrelacionados, mas sim como agregados ocasionais, que dão origem à dependência unilateral entre as metrópoles do grande capital e a periferia semicolonial, por exemplo.

A ciência nos obriga a considerar as forças produtivas – no caso da realidade de um determinado país – como dimensões internacionais, porque, precisamente, os países atrasados também constituem a economia mundial. Assim, de acordo com a ciência, na atualidade do desenvolvimento da economia capitalista mundial, as forças produtivas estão supermaduras para a revolução proletária, que é essencialmente mundial. Considerado assim o problema, conclui-se que a classificação dos diferentes países em maduros e não maduros para a revolução – estamos referindo-nos ao fator econômico, ou seja, objetivo, e não da evolução da consciência de classe – não deixa de ser um esquematismo, embora seja manejado com muita facilidade pelos escolásticos.

Em seu momento, o qual foi a elucidação do caráter dos países latino-americanos e da revolução, destacamos que era necessário apontar que o capitalismo havia entrado francamente no período de decadência e desintegração, apesar das explosões isoladas de bonança, que podiam ocorrer em certas regiões do globo, o que impõe a conclusão de que os países em desenvolvimento atrasados já estão vivendo sua experiência capitalista, na forma de uma economia combinada (coexistência de vários modos de produção), e que já não lhes é possível esperar um pleno e livre desenvolvimento no marco da grande propriedade privada burguesa, como continuam defendendo repetidamente os nacionalistas e estalinistas, e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, acabam prisioneiros da revolução por etapas. Tem-se a impressão de que, neste

último caso, não foi a caracterização do país que levou a indicar o tipo de revolução a ser realizada, mas, inversamente, a revolução por etapas obrigou a catalogar os países atrasados como pré-capitalistas em seu conjunto, o que permitia concluir que, inevitavelmente, ainda tinha de realizar sua revolução democrática, o que lhes permitiria contar com uma maioria proletária, proveniente do salto industrial e altamente educado, nada menos que na escola da democracia burguesa, amplamente desenvolvida.

A definição da Bolívia, dada pelo POR, primeiro por meio das Teses de Pulacayo e, depois, pelo seu programa, no sentido de ser um país capitalista atrasado de economia combinada, entroncava com toda a discussão anterior, foi vital para a América Latina e para a revolução em nosso continente, e em todo o mundo. Esta foi uma longa batalha teórica travada no campo do marxismo internacional, mas a ninguém poderia ocorrer que alguns pequeno-burgueses, ambiciosos e sobrecarregados de uma grande dose de vivacidade crioula (descendente de espanhóis nascidos na América, N.T.), podiam penetrar pela janela, apropriar-se das conclusões do debate e distorcê-las, de maneira que pudessem encobrir

---

*A definição da Bolívia, dada pelo POR, primeiro por meio das Teses de Pulacayo e, depois, pelo seu programa, no sentido de ser um país capitalista atrasado de economia combinada, entroncava com toda a discussão anterior, foi vital para a América Latina e para a revolução em nosso continente, e em todo o mundo.*

---

as velhas concepções de país feudal e de vigência da revolução democrática. Para a surpresa de si próprio e de outros, os “esquerdistas” pró-burgueses, das mais diversas nuances, correram a copiar a definição porista, fingindo inocência, como alguém que não fez nada, adicionaram o termo “dependente”, que, de forma inconfundível, supõe a submissão unilateral do país atrasado ao imperialismo. A dedução obrigatória: a Bolívia ainda não é parte integrante da economia mundial, e permanece imersa no pré-capitalismo – não se deve confundir com o pouco desenvolvimento do país –, esperando a revolução democrático-burguesa. Não há lugar para o menor erro: a teoria da vigência da revolução democrática separa, por meio de um abismo intransponível, os esquerdistas que servem de canal para a difusão da política burguesa, daqueles que desenvolvem o programa da classe operária.

O que se coloca acima é apenas a possibilidade, a tendência da revolução proletária, que certamente não se materializa de forma mecânica, mas por meio da classe revolucionária, da mediação do desenvolvimento da consciência de classe. Se levarmos em consideração o fator subjetivo, precisamente, podemos concluir que a revolução proletária na Bolívia acontecerá no presente, e não no futuro indeterminado. Não somente no passado, mas agora, quando a presença do proletariado como classe é indiscutível – e à luz dos acontecimentos, diante de nossos olhos – comprova a validade da teoria Da Revolução Permanente, tomada como método, e não como simples consigna.

A socialdemocracia russa, e não apenas Trotsky, nos proporciona os antecedentes para compreender a interrelação entre o proletariado e os camponeses, e o papel que devem desempenhar na revolução. O marxismo russo, que se constitui como uma cisão crítica do populismo, necessariamente teve de analisar e compreender a vasta massa camponesa, destacar a grande belicosidade

e tenacidade de suas lutas, e a impossibilidade de se transformar em comunista. Trotsky, que concordou com Lênin em apontar as forças motrizes da revolução, foi claro desde o primeiro momento, ao assinalar que a direção do processo revolucionário russo correspondia ao jovem e minoritário proletariado, e não à maioria camponesa, herdada do passado histórico. Não há dúvida de que os homens da gleba, em determinado momento, quando têm certeza de que ficaram tão decepcionados com a impotência, as promessas e demagogia das hostes burguesas, deslocam-se para o campo operário, procurando satisfazer suas necessidades, apesar de que a ditadura do proletariado não poderá senão substituir a pequena propriedade pela fazenda coletiva. A atitude revolucionária do campesinato contra a ordem social imperante o permite, nesta fase da luta pela destruição da burguesia, identificar-se com o proletariado. Instaurada a ditadura da classe operária, graças ao apoio direto e militante da maioria nacional, as diferenças entre as duas classes sociais aparecerão claramente.

Que vazio e altissonante aparece o empenho de nossos pequeno-burgueses, que se esgotam no esforço de colocar-se no campo, para conscientizar os camponeses e transformá-los em socialistas, com a ajuda de prédicas e planos filantrópicos. Disso deduzem – da mesma forma que todos os utópicos – que a nova sociedade virá sem dor, nem sangue, tudo graças ao seu trabalho de propaganda. Os populistas, de maneira admirável e incomparável, já tiveram a oportunidade de demonstrar o equívoco de tais posições, isso há um século. O subjetivismo e voluntarismo, expressões ideológicas da negação do marxismo, colocaram uma tarefa impossível, por terem esquecido um detalhe, mas que faz parte da base econômica material da sociedade: o camponês produz de maneira individual e com seus primitivos instrumentos agrícolas, está apegado à terra como seu único recurso, sem ter conseguido dominá-la. O socialismo boliviano tornou-se marxista no momento em que se libertou da influência do indigenismo e, assim, pôde colocar a luta de classes em sua verdadeira dimensão. Os precursores foram superados pelos realizadores. A massa camponesa é numerosa, mas está composta pela justaposição de produtores individuais e pequenos proprietários, que se tornam em fator decisivo, que impede que as nações-classe oprimidas e exploradas possam expressar seus interesses gerais, ou seja, se expressarem politicamente, constituírem fortes partidos políticos camponeses, e atuarem conscientemente. Não se trata de subalternizar os camponeses, como alguns acreditam, mas colocá-los em seu verdadeiro papel: não podem ser direção revolucionária, isso porque não estão presentes como classe – não conseguiram adquirir consciência –, mas sim como uma massa combativa, atuando como força motriz, que pode permitir a transformação radical da sociedade e possibilitar que a classe operária chegue ao poder. O proletariado está obrigado a materializar sua direção revolucionária, em estreita relação com a massa camponesa. Não repete a façanha daqueles que se deslocam do campo para transformá-lo em socialista, mas sim, no calor da luta diária, sela a aliança operário-camponesa, o que significa que a classe revolucionária da cidade dirija a massa camponesa, não para se deter no marco democrático e desenvolver o capitalismo,

***Trotsky encarnou, não só a tradição revolucionária – do marxismo ao leninismo –, mas também as forças revolucionárias vivas e atuantes da revolução, colocadas diante da política servil da burguesia ao imperialismo, que tão cinicamente usa e abusa da rica tradição revolucionária.***

mas sim para tornar-se governo operário-camponês (ditadura do proletariado), capaz de orientar todas as energias nacionais para a estruturação de uma sociedade sem classes, sem opressores, nem oprimidos.

A aliança operário-camponesa, viga mestra da estratégia revolucionária, não é propriamente um pacto político selado entre poderes de igual peso, que se realiza em seguida às intermináveis lutas em torno dos objetivos que se perseguem, ou dos métodos que se empregam, mas sim um pacto que se dá no calor da luta, e na qual, de maneira natural, a direção revolucionária determina os objetivos e os métodos. Se a direção proletária for esmagada ou defenestrada, é claro que afundará todo o movimento revolucionário. Nem mesmo no caso do esmagamento da direção proletária se pode dar uma situação em que os camponeses dirijam politicamente o proletariado – o campo dirigindo a cidade –, uma vez que o atual desenvolvimento da sociedade humana não oferece nenhuma prova de que seja possível uma sociedade camponesa,

localizada entre o capitalismo e o socialismo, tal sociedade utópica não seria senão de pequenos proprietários, o que significaria voltar a roda da história para muitos séculos atrás.

Algumas das colocações do movimento, que tão pretensiosamente se autoqualifica como nacionalista revolucionário, e que se esforça para se colocar como ponte entre o capitalismo e comunismo, têm alguns pontos de contato com o indigenismo. É também uma proposição utópica que não encontra lugar no desenvolvi-

mento da sociedade humana. Na realidade palpável, existe apenas o nacionalismo de conteúdo burguês, que pretende inutilmente solucionar o atraso por meio do desenvolvimento integral e livre do capitalismo.

A história apresenta o trotskismo como sinônimo de anti-estalinismo, e em nenhum outro momento aparece tão admirável a luta apaixonada e incansável de Trotsky diante da política contrarrevolucionária, desenvolvida pela burocracia estalinista. Não se trata apenas do destino do Estado russo, qualificado por Trotsky como operário degenerado, mas do destino do movimento revolucionário mundial como um todo.

Como a história é feita pelos homens, e estes, conscientemente ou não, se limitam a facilitar ou dificultar o cumprimento das leis da transformação da sociedade, a luta política, que se exterioriza pelas paixões, virtudes e defeitos dos protagonistas, quase sempre aparece como uma disputa pessoal, um simples confronto de virtudes e defeitos dos líderes. Esse estreito critério está muito longe da realidade no caso em questão. Trotsky encarnou, não só a tradição revolucionária – do marxismo ao leninismo –, mas também as forças revolucionárias vivas e atuantes da revolução, colocadas diante da política servil da burguesia ao imperialismo, que tão cinicamente usa e abusa da rica tradição revolucionária.

Trotsky, mesmo que não tivesse lutado de forma exemplar, ao ponto de ser abatido em meio à batalha, contra a barbárie termidoriana – a reação dentro do processo revolucionário –, teria entrado na história graças à magistral análise da burocracia estalinista, que constitui um exemplo de admirável utilização do método marxista. Que diferença das conclusões de Kruchev, no



XX Congresso do PCUS, onde o estalinismo aparece como obra pessoal, como resultado das secreções glandulares do dirigente enlouquecido, conclusões que são tão apreciadas pelos historiadores burgueses!

Para Trotsky, o estalinismo é um fenômeno histórico que responde a determinadas condições da política russa e mundial, intimamente ligadas ao desenvolvimento do processo revolucionário mundial. O estudante de história pode encontrar um antecedente no Termidor da Revolução Francesa, feitas as ressalvas. O estalinismo resultou do longo isolamento da revolução russa – a burocracia apresentou o problema de pés para cima, em sua “teoria” do socialismo em um único país –, de relativa e momentânea estabilização do capitalismo e da reação particularmente apoiada nos “nepman”, que surgiram da necessária reativação da economia soviética – NEP. Essas poderosas forças conservadoras encontraram no grupo de

Stalin, dentro do próprio partido bolchevique, em qualidades administrativas, na rudeza daquele que surpreendeu a todos, concentrando em suas mãos grande parte do aparato partidário, e dando a impressão de que, para ter êxito, lhe importavam muito pouco as ideias e os programas, o canal certo para se impor ao proletariado e à revolução. O estalinismo utilizou, como base de sustentação, o cansaço da classe operária russa, que saía de uma longa e sangrenta guerra civil, e os kulaks enriquecidos. À política contrarrevolucionária da burocracia – expressão da degeneração, não apenas do Estado operário, mas do próprio partido que liderou a vitória de Outubro – seguiu a mais aprofunda revisão dos fundamentos teóricos do marxismo-leninismo. Deve-se notar que não foi uma simples teorização, mas o esforço de justificar uma política francamente contrarrevolucionária, colocada a serviço do inimigo de classe, em todos os cantos do mundo. O trotskismo se constituiu como força opositora à burocracia, tanto dentro do partido comunista russo, da Internacional Comunista, quanto do próprio Estado, propondo medidas concretas, destinadas a assegurar que, tanto o Estado quanto o partido, conseguissem reencontrar o caminho revolucionário. A luta interna em favor do centralismo democrático e do programa marxista é um dever elementar de qualquer militante que se considere revolucionário. Somente depois da vitória do fascismo na Alemanha, em 1933, onde o estalinismo abandonou o campo de batalha sem combate, envolvendo-se seriamente no acobertamento de Hitler, é que a Oposição de Esquerda orientou seu trabalho à formação de uma nova Internacional, da IV, a fim de preservar, de sua total destruição, a tradição marxista-leninista, a bandeira da revolução proletária.

Os escritos de Trotsky e toda a experiência recolhida dos numerosos e grandiosos esforços, que, inutilmente, se realizaram



para pôr em pé a IV Internacional, como direção mundial do proletariado neste mundo convulsionado, nos permitiram compreender, em toda a sua dimensão, o que é a Internacional, cujo antecedente é necessário buscar na Primeira

Internacional, de 1864, como o partido da revolução socialista mundial, verdadeira unidade centralizada, que corresponde ao caráter também mundial do capitalismo, particularmente, em sua fase imperialista. O partido é o programa, neste caso o Programa de Transição, que deve ser considerado como o método, que permite às massas, a partir de suas necessidades e

estado de ânimo do momento, dirigir-se para o poder. Porém, este programa mundial deve ser concretizado em programas nacionais, em teorias da revolução, aplicáveis aos diversos países, pois, a classe operária, apesar de seu caráter mundial, se organiza nacionalmente.

Na medida em que as seções da IV Internacional se viram reduzidas por muito tempo a pequenos grupos de intelectuais ou estudantes pequeno-burgueses, perderam sua conexão com a atividade criadora das massas, se esclerosaram, e se tornaram terreno fértil para a degeneração: o pensamento marxista dialético foi substituído por fórmulas frias e por expressões de um revisionismo inconfundível. A direção revolucionária tem de conhecer a realidade que pretende transformar, e dar respostas oportunas a todas as situações políticas, que sempre são inéditas. Da experiência internacional negativa, extrai-se uma valiosa lição: a IV Internacional que emergirá potente será aquela que se enraíza nos poderosos movimentos de massa, e se alimente de tudo o que as massas fazem com as suas próprias mãos.

Neste terreno, a obra do POR na Bolívia constitui um capital valioso para se pôr em pé a IV Internacional.

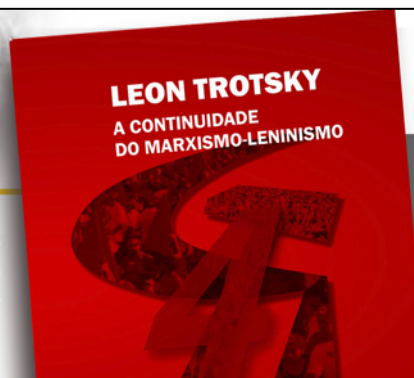
**Publicado o livro:**

**LEON TROTSKY**

**A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**



Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



**R\$ 35**

**ADQUIRA  
COM NOSSO  
DISTRIBUIDOR**

**Nesta edição:**

- **Bolívia:** Grande mal-estar social - Mobilizações setoriais em todo o país.
- **Bolívia:** A burocracia sindical, maior obstáculo às massas para que deem um salto à ação unitária.
- **Argentina:** Começa uma nova farsa eleitoral.
- **Argentina:** 20 anos de Zanon – Parte 5.
- **Notas Internacionais:** *Tunísia* - Responder ao golpismo, erguendo um movimento independente do proletariado.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



## Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

**Bolívia**

# **Grande mal-estar social Mobilizações setoriais em todo o país**

Tal como se havia previsto, uma vez que a Pandemia está chegando a um período de desaceleração da curva de contágios, o mal-estar social está começando a explodir por todos os lados, como resultado do agravamento da crise econômica, e da incapacidade do governo para atender as necessidades dos diferentes setores.

Os mineiros de Andacaba (Potosí) marcharam à cidade de La Paz, exigindo a nacionalização da mina. Os trabalhadores de Amayapampa, uma jazida de ouro recuperada pelo Estado e não explorada desde sua recuperação, exigem que o governo injete o capital necessário para colocá-la em funcionamento, considerando a conjuntura tão favorável como agora, uma vez que o preço do ouro no mercado mundial tem chegado a US\$ 1.800 a onça troy, e o grama está beirando os 400 pesos bolivianos. Os mineiros de Patití, vencendo a burocracia sindical, controlada pelo governo, anunciaram que se solidarizavam com os de Andacaba, e também anunciaram que se somariam à mobilização pela nacionalização da jazida. Os operários fabris de Cochabamba cercaram a Corte Suprema de Justiça em Sucre, exigindo que, já de uma vez, se materialize a reintegração dos demitidos. Os camponeses do Valle Bajo cochabambino bloquearam

a ponte de Parotani, exigindo que o governo cumprisse com sua promessa de acabar com o contrabando de produtos agropecuários do Peru. Os operários fabris de Santa Cruz e La Paz ameaçaram retornar às mobilizações, uma vez que não se atenderam as suas exigências, etc.

O problema está em que não se pode superar o caráter setorial destas mobilizações e outras que se somam todos os dias. Os objetivos, que refletem as necessidades imediatas dos mobilizados, são muito particulares, e não existe uma direção capaz de articulá-los em movimentos maiores, abrindo o caminho para uma ação unitária, que permita saltar das lutas puramente corporativas para o enfrentamento com o Estado, e se transformar em uma luta política.

Provavelmente, o grau de radicalização das massas não chegou a níveis mais altos, apesar do mal-estar social e da carga instintiva que se acumula nos setores.

O fato de que os explorados e oprimidos se encontrem frente a um obstáculo intransponível, que é a incapacidade do Estado para atender as suas necessidades, deixa aberta uma das condições de uma situação revolucionária. As massas, ao se chorarem com este muro, não encontrarão outro caminho, que uma maior radicaliza-

ção em suas lutas. Suas atuais ações já se encaminham predominantemente para a ação direta. Os setores que ainda se encontram amarrados pelo legalismo, como é o caso de setores fabris, por sua experiência diária e pela pressão que recebem dos mais radicalizados, saltarão, de maneira natural, a tomar a solução de seus problemas, confiando em suas próprias forças. Trata-se de um processo que, no presente caso, pode percorrer caminhos abreviados, dada a profundidade da crise econômica e o agravamento de suas condições de vida.

Conclui-se que cabem ao partido revolucionário e aos setores mais radicalizados ajudarem os mais retardatários a darem saltos em sua consciência. Uma das ferramentas para conseguir dar este salto é a elaboração da pauta única nacional, que expresse as necessidades de todos. Este trabalho exige organizar direções transitórias desde as bases, como os pactos intersindicais, coordenações, blocos de ação conjunta, etc., até que a mesma mobilização – em determinado grau de sua evolução – permita expulsar a burocracia sindical oficialista e extremamente corrupta.

(Traduzido do *Jornal Massas*,  
nº 2661, órgão do Partido Operário  
Revolucionário da Bolívia)

## Bolívia

# A burocracia sindical, maior obstáculo às massas para que deem um salto à ação unitária

A existência da burocracia sindical expressa que a classe operária não alcançou um grau de mobilização que lhe permita controlar e exercer pressão sobre os dirigentes de suas organizações sindicais. Assim, os dirigentes se emancipam da classe, e concluem cedendo às pressões do Estado burguês e dos seus governos, ao ponto de transformarem o sindicato em sua negação, ou seja, em um instrumento da política reacionária da classe dominante.

A burocracia se encontra firmemente assentada no desvio político do movimento operário, particularmente do mineiro, que não conseguiu se recuperar de sua dura derrota iniciada em 1971, produto do golpe preventivo executado pelo fascismo banzerista, para frear a marcha do proletariado boliviano para a consolidação do primeiro Estado operário da América Latina. Durante este longo período de derrota da classe operária, a burocracia sindical se tem consolidado como uma casta reacionária, parasitária e abertamente servil aos governos de plantão, e um sério freio das mobilizações das bases.

Durante os últimos 50 anos, o proletariado tem abandonado a sua estratégia revolucionária, nisto está a raiz de sua derrota, para ensaiar um tipo de colaboracionismo de classe, sob os governos reformistas de conteúdo burguês, como a Unidade Democrática Popular (UDP) e o atual governo do MAS. Seguiu abertamente o democratismo burguês e o parlamentarismo, acreditando que, por esse caminho, melhoraria suas condições de vida no marco de um vigoroso desenvolvimento capitalista no país. Neste terreno, a atual burocracia sindical, medíocre e incapaz, que se limita a mediar migalhas que lançam o Estado burguês, pretensamente progressista, ou até mesmo revolucionário.

Atualmente, quando os setores do proletariado e da classe média autônoma se lançam nas ruas, agoniados pela miséria, como consequência dos efeitos da crise econômica e sanitária, recorrendo à ação direta, e levantando suas reivindicações concretas e setoriais, permanecem na luta puramente corporativa, sem poder dar um salto à luta política, como consequência da superação das mobilizações setoriais em uma só mobilização unitária.

Frequentemente, como consequência da debilidade que estas mobilizações setoriais possuem, os setores se veem obrigados a retroceder, para logo voltar à luta, porque as suas necessidades não são atendidas por um governo incapaz e pela patronal, ansiosa para seguir engordando os seus bolsos em

plena crise econômica. Toda tentativa de articular as mobilizações unitárias fracassam, precisamente pelo caráter setorial de suas reivindicações, e porque está ausente uma direção sindical que possa organizar as massas, unindo os objetivos setoriais em uma só plataforma de reivindicações imediatas e transitórias. Contrariamente, a atual burocracia sindical faz o papel de freio das mobilizações, como as executadas pelos mineiros de Andacaba, que se dirigiam a La Paz, exigindo a nacionalização

***Atualmente, quando os setores do proletariado e da classe média autônoma se lançam nas ruas, agoniados pela miséria, como consequência dos efeitos da crise econômica e sanitária, recorrendo à ação direta, e levantando suas reivindicações concretas e setoriais, permanecem na luta puramente corporativa, sem poder dar um salto à luta política, como consequência da superação das mobilizações setoriais em uma só mobilização unitária.***

das minas. Os burocratas sindicais, em ação conjunta com as autoridades do governo, impediram que cumprissem o objetivo de pressionar o governo, em sua sede.

O fato de marcharem sozinhos, sem o apoio de outros setores, permitiu que a burocracia sindical pudesse exercer até medidas de repressão contra os operários mais radicais, obrigando os manifestantes a retornarem a Potosí, com a promessa da reversão da mina ao Estado, para logo entregá-la a um investidor, que supostamente estaria interessado em explorá-la.

Só há um caminho para acabar com a burocracia sindical reacionária, e conseguir expulsá-la das organizações sindicais. O desenvolvimento e radicalização das mobilizações, o crescente agravamento das condições de vida dos explorados e a incapacidade do governo, para atender as necessidades das massas, abrem o caminho para uma grande onda de protestos sociais, situação que pode terminar varrendo os dirigentes corrompidos.

(Extraído do Jornal Massas nº 2.662, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



**R\$ 35**

**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS**



## Argentina

# Começa uma nova farsa eleitoral



*Lamentamos ressaltar mais uma vez que um setor muito valioso da vanguarda e militância operária entrarão cegamente na campanha eleitoral, sob a forma que mais lhe convém à burguesia, e não como verdadeiros revolucionários, como a experiência histórica ensina.*

Em 24 de julho, foi apresentada a lista definitiva de candidatos de cada uma das frentes políticas em nível nacional. É dado como certo que, a partir de agora, a maior parte da atenção se concentrará nas eleições legislativas de setembro (Paso) e, logo a seguir, nas gerais de novembro. Assim, foi formalmente inaugurado o período eleitoral de 2021.

De 257 representantes da Câmara dos Deputados, 127 serão eleitos este ano, nas 24 províncias. Quase metade virá de 4 províncias: 35 por Buenos Aires, 13 pela Capital Federal, 9 por Córdoba e 9 por Santa Fé.

infelizmente, os aspectos fundamentais de nossa situação estarão ausentes do debate.

Logo no início, as listas já mostram o conteúdo da politicagem vulgar, que essas eleições representam. Funcionários, cujo único mérito consiste em aquecer uma poltrona por alguns anos, ou celebridades do show, atraídos pela farsa eleitoral, para usufruir de sua fama, todos eles comparecerão publicamente com mais frequência, repetidamente. Também veremos os burocratas sindicais, ou suas companheiras, mais interessados em um lugar no Parlamento do que defender aqueles para quem é dito

que serão seus representantes. Fascistas infames tampouco perderão seu encontro com a farsa eleitoral, dizendo impunemente suas atrocidades aos quatro ventos.

As eleições buscarão distrair a atenção de nossos problemas e métodos de luta históricos, os únicos válidos para conquistar e impor nossas demandas. E isso apesar de mencionarem o problema da pobreza, desemprego, enfrentamento ao Covid-19, dívida ou inflação ... só farão isso para roubar de nós mais uma vez. Farão isso para reivindicar uma nova cota de confiança, e irão juramentar que, agora, sim, resolverão esses problemas.

As eleições ocorrerão em um contexto caracterizado por uma situação convulsiva na América Latina, com gigantescas rebeliões que abalam ameaçadoramente toda a região. Com centenas de milhares, e até milhões de oprimidos, ganhando as ruas para impor o que os Congressos, os Parlamentos e os Governos são incapazes de cumprir. Onde somente a ausência de uma direção revolucionária impede desenvolver e generalizar o que as massas, de forma tenaz e esforço abnegado, fazem instintivamente.

As eleições também ocorrerão em meio à catástrofe da saúde, que representa a política burguesa de isolamento social diante do coronavírus em todo o planeta. O contexto da pandemia nas atuais condições e eleições pôs em evidência que a burguesia como classe é incapaz, impotente, e, historicamente, esgotada para enfrentar qualquer tipo de crise, e que a estratégia não é outra que a de enterrar seu regime social de exploração, por meio da revolução socialista. A política burguesa em face da crise do coronavírus constitui um verdadeiro massacre da saúde. E Argentina não foi a exceção, mas uma das expressões mais aguda do trágico destino da barbárie capitalista.

Lamentamos ressaltar mais uma vez que um setor muito valioso da vanguarda e militância operária entrarão cegamente na campanha eleitoral, sob a forma que mais lhe convém à burguesia, e não como verdadeiros revolucionários, como a experiência histórica ensina. Eles vão participar

Adquirar com o distribuidor de Massas:

**SOCIALISMO OU BARBARIE**

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

**R\$ 35**

**SOCIALISMO OU BARBARIE**

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

para alimentar novas ilusões na democracia burguesa, na esperança de se tornar “a terceira força” e procurando, desesperadamente, conquistar uma ou outra cadeira, que lhe permita apresentar seus projetos, tão proclamados projetos de lei ou interpeleções. Vão trabalhar, conscientemente ou inconscientemente, para projetar ilusões nas saídas dentro do quadro institucional, para canalizar o descontentamento dentro dos marcos do regime burguês, e, infelizmente, para atrasar ainda mais o lento, urgente e persistente trabalho de politização

revolucionária das massas, que só o POR defende.

Engana-se quem finge notar nos candidatos, que se apresentam nestas eleições, interesses ou programas antagônicos ou irreconciliáveis. Enganam-se aqueles que acreditam na possibilidade de alcançar alguma melhoria por meio do voto. Enganam-se também aqueles que ainda não extraíram as lições mais importantes do que acontece na situação política internacional, especialmente na América Latina.

Quanto mais cedo estivermos cien-

tes de nossas tarefas e responsabilidades, mais rapidamente assimilamos as lições das rebeliões em curso no continente, melhor superaremos as ilusões democratizantes. E quanto mais disciplinados nos organizamos por enterrar o cadáver putrefato do capitalismo, menos energia iremos desperdiçar, e mais rapidamente teremos acabado com a barbárie social, que subjuga os explorados do mundo.

Para explicar essas questões, repetidamente, o POR intervém nestas eleições com toda a sua energia militante!

## Argentina

### 20 ANOS DE ZANON – PARTE 5

## Da ocupação e controle operário à expropriação da fábrica

Em artigos anteriores, expressamos as principais lições da experiência de Zanon para o conjunto da classe operária, tais como a ação direta com a ocupação da fábrica em defesa dos postos de trabalho, o trabalho com a população, a recuperação da comissão interna e do sindicato, e o surgimento da Coordenadora do Alto Valle. Mas, neste artigo, nos deteremos em alguns aspectos, que permitem analisar como se desenvolveu o processo, que vai desde a ocupação até a aprovação da lei de expropriação da fábrica, em 2009.

De início, é importante destacar que a experiência de Zanon tem um grande valor educativo para os trabalhadores, a exemplo de como se deu o controle operário. Os operários, não só questionaram a propriedade privada, como também levaram adiante a tarefa de abertura dos livros contábeis, e tornaram públicos os verdadeiros custos de produção, os lucros, as relações da patronal com o governo e os bancos. Tudo isso é expressão do controle operário, que se desenvolveu no início com a ocupação e disputa da propriedade com a patronal.

Em seguida, os operários colocaram a fábrica para produzir, e a patronal abandonou a disputa pela propriedade. Em 2004, a direção ceramista (PTS) impulsionou a conformação da Cooperativa FASINPAT, e ao mesmo tempo, apresentou, na Câmara Legislativa de Neuquén, o projeto de expropriação sem indenização e estatização, sob controle operário da fábrica. Neste momento, se iniciou a disputa legal pela propriedade da fábrica, com campanha de assinaturas para aprovar o projeto dos operários. Enquanto, em 2005, a justiça federal decretava a falência da Zanon, autorizava provisoriamente a Cooperativa FASINPAT a administrar a fábrica.

Claramente, nesta etapa, começaram a coexistir duas respostas que se contrapunham: a cooperativa – resposta que se impõe transitoriamente, mas que é alheia à classe operária –, e a estatização sob controle operário, resposta própria da classe operária. O importante aqui é deixar claro que, embora a situação imponha a primeira, não é o mesmo que a estatização sob controle operário.

A partir de então, o eixo da mobilização e exigência dos operários ao governo de Neuquén foi a aprovação do projeto de lei de expropriação sem indenização e estatização sob controle

operário da fábrica – materializado nos projetos apresentados novamente, em 2006 (Neuquén) e 2007 (a nível nacional). Após anos de luta e mobilização, o governo do MPN decidiu discutir a situação de Zanon, mas apresentando seu próprio projeto. O mesmo contemplava a expropriação com indenização, e entrega da propriedade à cooperativa. O projeto estipulava a indenização aos credores, no valor de 23 milhões de pesos, que seriam pagos pelo governo provincial, mas que, ao mesmo tempo, a cooperativa deveria devolver, mediante venda de cerâmicas à província, para obras públicas.

Este projeto, que finalmente foi aprovado em 2009, nada tem a ver com a expropriação e estatização que se reivindicou inicialmente. No entanto, a direção ceramista, PTS e independentes, e a maioria das organizações de esquerda, o tomaram como uma vitória.

Depois de 11 anos da aprovação do projeto de expropriação, não temos visto uma só autocrítica da parte do PTS. Em meio aos festejos, o POR foi a única organização que alertou que a lei 2656 não dava resposta aos problemas. Assinalou que a direção ceramista cometeu um erro, ao não alertar sobre os limites da lei e não reforçar os verdadeiros objetivos da luta ceramista. O programa da classe operária não reivindica a propriedade em particular, mas sim a propriedade social. Por isso, desde o início, exigimos que o Estado assumisse a fábrica, que passaria ser estatal sob controle operário, e não que a propriedade passasse para as mãos da cooperativa.

Esta Lei é parte da modificação da Lei de Falências, que implantou o kirchnerismo, para evitar que o Estado assumisse as empresas que fecham.

Parece-nos que os operários ceramistas, em particular, e o ativismo, em geral, devem discutir um balanço dos vinte anos de luta da Zanon. É a forma de poder defender Zanon, Stefani e Cerâmica Neuquén, diante do ataque da burguesia, que espera ansiosa a liquidação das experiências operárias na região. A tarefa continua sendo a luta sob a bandeira da Estatização, sem indenização, e controle operário.

(Traduzido do Jornal Massas, nº 398, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

**Tunísia**

# Responder ao golpismo, erguendo um movimento independente do proletariado

Massivos protestos tomaram conta da Tunísia. Exigiam a destituição do primeiro-ministro, a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições. Acusaram as instituições e os partidos da ordem burguesa de serem incapazes de frear o avanço da miséria e fome, e cúmplices do colapso do sistema de saúde, e avanço das mortes pelo Covid-19.

O país tem o mais elevado índice de mortandade pela Pandemia de toda a África – só fica atrás da Namíbia. Faltam vacinas e medicamentos para o tratamento das sequelas da doença, apesar de ser o país mais avançado na vacinação da população: 8%. Por sua vez, a alta inflacionária vem destruindo os já minguados salários, o desemprego atinge 25% da população (entre a juventude, 35%), agravam-se o parasitismo financeiro e as contrarreformas exigidas pelo imperialismo.

É nas condições de aumento da barbárie social, produto da combinação das crises econômica e sanitária, que as massas tunisianas retomaram o

*É nas condições de aumento da barbárie social, produto da combinação das crises econômica e sanitária, que as massas tunisianas retomaram o curso dos levantes, que assombraram o Oriente Médio e Norte da África, em 2011.*

curso dos levantes, que assombraram o Oriente Médio e Norte da África, em 2011. À época, as massas passaram a combater as contrarreformas antinacionais e antipopulares, aplicadas pelos governos da região, visando à proteção dos lucros dos capitalistas, diante da crise econômica mundial, que eclodiu em 2008.

A relevância da Tunísia nos acontecimentos de 2011 reside no fato de o país ser palco do primeiro levante operário e popular da região. A imolação de um vendedor de rua, Mohamed Bouazizi, que se queimou vivo, em protesto contra as leis que proíbem o comércio informal, foi o estopim que ascendeu o poderoso movimento nacional dos explorados contra a miséria e a fome, que rapidamente se espalhou além das fronteiras nacionais.

Em combate aos governos impotentes de proteger a maioria oprimida das chagas do desemprego, da miséria e da fome, os explorados em luta coletiva e massiva abriram passagem a uma nova etapa da luta de classes na região. Argélia, Líbia, Egito, Iêmen e Síria foram arrastados pelo turbilhão dos levantes. A crise dos regimes políticos projetava-se, com a abertura de uma situação revolucionária. Mas, sem a presença do proletariado organizado como classe independente, lu-

tando sob seu programa e estratégia própria de poder, toda a energia, radicalização e determinação demonstradas pelas massas não abriram caminho à solução revolucionária à desagregação do capitalismo e avanço da barbárie social. O imperialismo aproveitou essa contradição. Apoiado no conjunto das forças burguesas semicoloniais, garantiu a governabilidade burguesa, fazendo refluir os levantes, mediante promessas eleitorais, combinadas com a brutal repressão.

Essa síntese nos permite compreender por que a derrocada da ditadura de Bem Ali, em janeiro de 2011, e a reabertura democrática, não passaram de manobras para desviar os levantes, e conter o avanço da situação revolucionária. É verdade também que não conseguiram apagar as tendências de luta dos explorados. Desde que a revolta das massas tunisinas derrubou a ditadura de Ali, sucederam-se 12 governos, e nada mudou em favor dos oprimidos. Pelo contrário: agravaram-se as condições de miséria e fome. Cansadas de promessas e da farsa democrática burguesa que muda governos, mas mantém em pé a mesma política antipopular e antinacional, as massas decidiram insurgir-se mais uma vez contra o regime burguês impotente de dar solução às suas necessidades mais prementes.

A responsabilidade maior pela desarticulação do movimento dos explorados é da burocracia sindical da maior central sindical do país: a UGTT. Junto à oposição, os burocratas se declararam contrários ao golpe de Estado. Mas, negaram-se a impulsionar o movimento de massas para derrotar o golpismo, porque significaria dar vazão às ten-







dências da luta de classes. E, após uma declaração hipócrita de fé democrática, procuraram a via dos acordos com o governo golpista.

Por enquanto, as massas ficaram na expectativa do cumprimento dos 30 dias fixados por Saied para definir a data das novas eleições. Mas, um novo governo eleito não terá como frear a desagregação das instituições e estancar o fracasso da democracia burguesa, em dar solução aos graves problemas sociais e nacionais. De fato, as tendências ditatoriais e o golpismo se fortaleceram sobre a base de decomposição da democracia formal, e sob a pressão dos monopólios e o

*O retorno da bandeira de novas eleições levará os explorados a um beco sem saída, como demonstra a experiência anterior. A vanguarda com consciência de classe deve combater essa diretriz burguesa, vinculando as reivindicações vitais com a estratégia de um governo revolucionário, operário e camponês.*

capital financeiro, de acelerar o curso das contrarreformas e o saque das nações oprimidas.

O retorno da bandeira de novas eleições levará os explorados a um beco sem saída, como demonstra a experiência anterior. A vanguarda com consciência de classe deve combater essa diretriz burguesa, vinculando as reivindicações vitais com a estratégia de um governo

revolucionário, operário e camponês. A construção do partido operário revolucionário, marxista-leninista-trotskista, é a condição para que a convulsão das massas se liberte das forças burguesas e pequeno-burguesas, e avance na tarefa de derrubar a burguesia e instaurar o governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

**LANÇAMENTO ▶**

**R\$ 35**

**100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA**

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL

**ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:**

**100 anos da Revolução Russa**

**RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL**



## Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas anterior, concluímos a exposição sobre os sindicatos, diante da tarefa de reerguer a grande indústria, a exclusão da Oposição Operária, e os fundamentos da Nova Política Econômica (NEP), ocorridos no XI Congresso. Em seguida, se realizou a X Conferência de toda a Rússia (PC(b)R), entre 26 e 28 de maio de 1921. Os pontos discutidos foram: 1) a política econômica; 2) o papel dos socialistas revolucionários e mencheviques no momento atual; 3) o Terceiro Congresso da Internacional Comunista; 4) informação sobre os trabalhos do IV Congresso de Sindicatos; 5) problemas de organização.

O ponto fundamental foi o da aplicação da Nova Política Econômica (NEP). A mudança nas diretrizes econômicas, inevitavelmente, provocou grandes discussões, uma vez que a substituição das medidas de requisição do excedente da produção camponesa para o de imposto em espécie, bem como a possibilidade de se estabelecerem acordos de concessão com empresas imperialistas, expressaram contradições no processo de transição do capitalismo ao socialismo. O embate em torno a essa virada econômica foi resolvido no XI Congresso. No entanto, a luta de Lênin continuaria diante de sua aplicabilidade. Nota-se que os argumentos essenciais são retomados na X Conferência, cujo encaminhamento se deu na forma de uma “Resolução sobre problemas da Nova Política Econômica”.

Os socialistas revolucionários e mencheviques orquestraram uma campanha de ataque ao governo soviético e ao bolchevismo. Esses adversários, representantes da pequena burguesia, adversários da Revolução de Outubro, passaram a exercer uma dura oposição, aproveitando o estado calamitoso da economia, destroçada pela guerra imperialista e pela guerra civil. Do exterior, a imprensa da burguesia contrarrevolucionária dava guarida a esses adversários internos. Eis por que Lênin teve de dedicar parte de seu “Informe sobre o imposto em espécie” a rechaçar as falsificações desses adversários, que, em nome da democracia em geral, bombardeavam as medidas típicas da ditadura de classe do proletariado. Apoiavam-se nas dificuldades materiais de se manter a aliança operária e camponesa, sem a qual a massa camponesa passaria a servir às forças da restauração capitalista. Ou o governo soviético avançaria com a NEP, no sentido de manter a confiança dos camponeses pobres, ou se corria o risco de romper a unidade operária e camponesa, necessária para suportar o cerco imperialista. E isso só seria possível se os camponeses vissem as vantagens que teriam com a ativação da grande indústria.

Entre várias formulações, esta merece destaque: “Pela primeira vez na história moderna, temos um sistema social do qual foi eliminada a classe exploradora, mas no qual há duas classes distintas – a classe operária e o campesinato. O enorme predomínio do campesinato não podia senão refletir-se em nossa política econômica e em nossa política em geral (...) Os inimigos do poder soviético discursam sobre a fórmula de acordo entre a classe operária e o campesinato com tanta frequência, e utilizam a miúdo contra nós, porque é completamente indefinida. Por acordo entre a classe operária e o campesinato, se pode entender qualquer coisa. Se não se tem presente que um acor-

do, do ponto de vista da classe operária, só é possível, em princípio, permissível e correto, se se apoia a ditadura da classe operária, e é uma das medidas voltadas à abolição das classes, então, essa fórmula de acordo entre a classe operária e o campesinato continua sendo, portanto, uma fórmula que maneja todos os inimigos do poder soviético, todos os inimigos da ditadura”.

Esse esclarecimento se mostrou de grande importância na Conferência, para desmascarar a impostura dos socialistas revolucionários e mencheviques, que manipulavam com generalidades. Lênin demonstra, na prática, as particularidades da aliança operária e camponesa na revolução e, agora, no processo de transição do capitalismo ao socialismo. Eis: “A causa principal (...) foi a guerra civil. Apesar de, em muitos casos, a guerra civil ter se iniciado contra os guardas brancos, os socialistas revolucionários e os mencheviques, unidos em aliança contra os bolcheviques, levou, invariavelmente, a que todos os socialistas revolucionários, partidários da Assembleia Constituinte, e os elementos mencheviques se encontrassem – seja por um golpe de Estado, ou sem ele – em segundo plano, ficando à frente dos guardas brancos, dos elementos capitalistas e latifundiários. (...) Esse foi o fator principal que determinou a forma da aliança entre o proletariado e o campesinato. (...) Somente a classe operária podia exercer a ditadura na forma exigida pela guerra civil e suas condições. A participação dos latifundiários nesta guerra uniu a classe operária e o campesinato, absoluta, incondicional e irrevogavelmente. Nesse sentido, não houve nenhuma vacilação política interna”.

Essa sólida aliança será posta à prova, com as terríveis dificuldades econômicas, agravadas pela destruição da estrutura industrial do país. O fato de o governo soviético ter de lançar mão da requisição dos excedentes agrários provocou um enfraquecimento da aliança entre o proletariado e o campesinato. Mas, foi assim que “a indústria continuou funcionando, ainda quando estávamos quase completamente isolados das zonas cerealiistas”. Os camponeses podiam entender que seu sacrifício se devia à necessidade de vencer a guerra contra o adversário comum, que era o latifundiário. Passado esse momento, já não se podia manter o mecanismo das requisições. Ou se o mudava, ou se romperia o equilíbrio da aliança. As condições objetivas ditavam o curso dos acontecimentos. Lênin, então, estabelece as diretrizes da NEP.

O problema na Conferência estava em levar o partido a assumir plenamente o seu lugar como força política decisiva para a sua aplicação. A sua viga-mestra não era a de permitir aos camponeses o direito de comercializar seus produtos, mas sim o de reerguer a grande indústria sobre bases socialistas. Nessa relação contraditória, o determinante se encontrava na tarefa de reerguer o proletariado como classe coesa, e, para isso, havia de potencializar as forças produtivas industriais. Eis a conclusão de Lênin: “A principal base material para o desenvolvimento da consciência de classe proletária é a grande indústria, onde o operário vê as fábricas em funcionamento, e sente diariamente a força que pode realmente abolir as classes”.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXV, Akal Editor)